



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2006/13	DATA: 20/11/2013	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 10h16min	TÉRMINO: 13h32min	PÁGINAS: 68

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES - Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores — MRE.  
RUBENS ANTONIO BARBOSA - Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP.  
SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO - Embaixador, Alto Representante-Geral do Mercado Comum do Sul — MERCOSUL.

SUMÁRIO

Debate sobre o quadro atual e o futuro das relações econômicas e políticas na América do Sul e sobre as perspectivas para o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), para o Acordo do Pacífico e para a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

OBSERVAÇÕES

Não foi elaborado roteiro de reunião.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.  
Há palavras ou expressões ininteligíveis.  
Há oradores não identificados.  
A reunião foi interrompida para recepção de delegação de Parlamentares e membros do governo da República Tcheca.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Em nome da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, dou as boas-vindas aos nossos convidados, que gentilmente aceitaram o convite para participar deste importante debate. Dou as boas-vindas igualmente a todos os Parlamentares e público aqui presentes.

Esta reunião ordinária de audiência pública tem como objetivo debater o quadro atual e o futuro das relações econômicas e políticas da América do Sul, as perspectivas para o MERCOSUL e o Acordo do Pacífico, bem como a UNASUL. Ela decorre da aprovação do Requerimento nº 360, de 2013, de nossa autoria.

Foram convidados os seguintes palestrantes, a quem convido para compor a Mesa: Embaixador Antonio Simões, Subsecretário-Geral de América do Sul do Ministério das Relações Exteriores; Embaixador Rubens Barbosa, que foi Embaixador do Brasil em Washington, ocupou diversos postos e é um estudioso da nossa política externa; e o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, também grande estudioso da nossa política externa que foi Secretário-Geral do Itamaraty e Ministro de Estado de Assuntos Estratégicos.

Tenho certeza de que todos os três darão uma grande contribuição ao debate: o Embaixador Simões, que está na ativa, é o responsável pela política da América do Sul, tem a visão atual do Itamaraty, a visão da diplomacia brasileira; e os estudiosos, os pensadores Rubens Barbosa e Samuel Pinheiro Guimarães, terão até mais liberdade para discorrer sobre o tema, em função de não estarem mais na ativa, e poderão debater mais.

Eu penso que esse debate será qualificado. A ideia desse debate nasceu porque, durante o ano todo, eu pude acompanhar nesta Comissão que, sempre que uma questão ou outra dizia respeito às relações internacionais, o pano de fundo dessas discussões sempre foi o MERCOSUL, o seu futuro — se ele tem ou não futuro —, as relações do Brasil na UNASUL, as relações do Acordo do Pacífico, o chamado Acordo Transpacífico, as ofertas dos Estados Unidos para fazer acordos bilaterais, o debate sobre a relação do Brasil com a União Europeia, se o investimento que foi feito pelo Brasil nos últimos 10 anos em relação à política externa foi pragmático, a serviço dos interesses econômicos do Brasil, tanto dos interesses comerciais como também dos industriais, ou se há um pano de fundo



ideológico a dirigir essa política. Esse é o grande pano de fundo dos debates que transcorreram durante o ano inteiro nesta Comissão, e tenho certeza de que esses três palestrantes darão uma contribuição muito importante.

Acabei de dar uma entrevista à *TV Câmara*, na qual esse debate já foi colocado. Todo esse debate estará sendo gravado pela *TV Câmara* e poderá ser exibido várias vezes, pela sua riqueza e importância. Portanto, não é um debate que terá como público-alvo somente os membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, mas ultrapassará os muros do Congresso, através da *TV Câmara* e da *Rádio Câmara*. E a contribuição que se dará aqui será inclusive objeto de replicação por parte dos Parlamentares que debaterão.

Como já avisei, esta reunião está sendo gravada, vai ficar nos Anais da Casa, portanto, todos devem falar ao microfone. Após a exposição dos convidados, nós vamos abrir a palavra para a intervenção do Plenário.

Vou passar inicialmente a palavra, por 20 minutos, para o Embaixador Simões, porque ele tem uma reunião na Venezuela. O Embaixador já tinha avisado com antecedência e por isso até marcamos a reunião para mais cedo, para 9h30min. Ele, infelizmente, não poderá ficar até o final do debate, mas não poderíamos prescindir dessa importante e fundamental contribuição.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Só uma questão de ordem. Só para cumprir, como eu disse a V.Exa. no dia de ontem, se fosse possível agora...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Pode, com certeza.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Eu ontem solicitei ao Presidente Nelson Pellegrino oportunidade para cumprir uma missão. Como todos sabem, nós aprovamos aqui um requerimento de uma visita oficial ao líder espiritual Dalai Lama, em Dharamsala, no norte da Índia, uma visita extremamente importante, eu diria inesquecível. Tivemos a oportunidade de fazer uma entrevista de 20 minutos com ele, que será reproduzida pela *TV Câmara* e na qual ele aborda questões muito importantes, particularmente, da sua relação com a China, da possibilidade de retomada do diálogo, o que representa a ideia da Frente Parlamentar que criamos aqui nesta Casa. Também lhe foi perguntado se era possível política sem ética, e ele



faz uma abordagem longa sobre essa matéria. É um tema também extraordinário. E ele me pediu para que presenteasse V.Exa. com um xale que representa as relações de fraternidade com o povo tibetano.

Então, eu só queria fazer essa homenagem e entregar o xale a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - É uma honra. Quem sabe eu possa atingir um pouco da pureza do Dalai e da inspiração e iluminação dele. *(Pausa. Palmas.)*

Por favor, Deputado, transmita ao Dalai Lama os nossos agradecimentos, sei que também o Presidente desta Casa, Deputado Henrique Eduardo Alves, será homenageado com o mesmo manto. Eu fico muito honrado e guardarei com muita felicidade a recordação dessa passagem. Parabênzo V.Exa. por trazer esse debate tão importante para esta Casa.

**O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN** - Estamos apresentando o relatório. Oportunamente, iremos entregá-lo oficialmente a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra, com muita honra, pelos próximos 20 minutos, ao Embaixador Simões, para que faça suas considerações.

**O SR. ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES** - Bom dia a todos. Eu queria, inicialmente, agradecer ao Deputado Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por esse convite. É muito importante que possamos debater na Câmara dos Deputados sobre política externa e sobre o MERCOSUL, sobretudo em companhias tão ilustres como a do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ex-Secretário-Geral do Itamarati, ex-Ministro de Estado, e a do Embaixador Rubens Barbosa, ex-Embaixador em Washington e meu companheiro em outros debates sobre temas semelhantes.

Pegando o tema da audiência, a minha ideia é falar sobre o MERCOSUL e depois falar um pouco também sobre a Aliança do Pacífico, que é algo que levanta muita curiosidade das pessoas também.

Sobre o MERCOSUL, eu queria começar dizendo o seguinte: a América do Sul nunca esteve numa situação tão boa em termos econômicos, sociais e comerciais. E isso é válido para todos os países, talvez a única exceção seja a Argentina que, num determinado momento da história, esteve numa posição



economicamente de maior protagonismo do que hoje, mas, mesmo assim, o período atual da Argentina é um período contínuo de crescimento em 10 anos. Então, nos últimos 50 anos da Argentina, você não tem um período de crescimento contínuo tão longo quanto esse que eles estão experimentando agora. Então, mesmo para a Argentina, isso é verdadeiro.

Este momento atual marca também um momento em que os países da região estão em democracia e também um momento em que a integração floresce na região. É preciso que se compreenda que a integração começou a vir muito mais forte a partir do advento da democracia, a partir do momento em que Brasil e Argentina se entendem. A partir disso, houve um movimento muito forte nesse sentido. Há outras manifestações anteriores como a ALALC, como a Comunidade Andina, mas o movimento mais forte foi justamente a partir desse momento. Portanto, é um movimento muito recente. É um movimento dos últimos 20 anos.

Isso é completamente diferente do que aconteceu na União Europeia. Na União Europeia, o processo de integração veio por uma necessidade muito forte. Qual é essa necessidade? Num período de 70 anos, mais ou menos, de 1870 a 1945, houve três grandes guerras na Europa: uma guerra franco-prussiana e as duas guerras mundiais. Morreram mais de 70 milhões de pessoas. Então, a integração para eles veio depois da 2ª Guerra Mundial como um elemento fundamental para alterar uma situação política previamente existente. É uma coisa que vem, digamos assim, no bojo de um drama.

No caso da nossa integração é diferente. Nos últimos 100 anos, a América do Sul vive em paz; nós não tivemos guerras. O processo de integração aqui é um processo diferente. Pensa-se evidentemente na experiência europeia que é, sem dúvida, um modelo, mas no nosso caso não havia aquele determinante que havia no caso europeu e também é um processo mais recente. O caso da Europa é um processo que leva 60 anos; no nosso caso, ele só tem 20 anos.

Em relação ao MERCOSUL, há vários mitos. Um dos mitos é essa ideia de que o acordo é um acordo incompleto, que há muitas exceções, que essas exceções são imperfeições e que, por causa dessas imperfeições, o acordo não funciona bem. É preciso compreender o seguinte: as imperfeições no MERCOSUL existem. Algumas delas nós, evidentemente, queremos eliminar — ninguém quer uma coisa



imperfeita —, mas é preciso entender que outras imperfeições existem com uma determinada finalidade. Em qualquer união aduaneira, o país que mais se beneficia é o país maior. Isso é válido aqui ou em qualquer lugar do mundo.

Então, é interessante notar o seguinte: algumas imperfeições do MERCOSUL são elementos para acomodar os países menores. Outro tipo de imperfeição que existe no MERCOSUL é para acomodar os próprios interesses brasileiros. Quer dizer, para nós, muitas vezes, é interessante ter exceções à Tarifa Externa Comum, para poder estimular um certo projeto de desenvolvimento, por exemplo. Então, é preciso entender isso. Quer dizer, não que todas as exceções sejam desejáveis — não é isso que estou dizendo —, mas é preciso qualificar as exceções. Algumas delas cumprem um equilíbrio. No caso do Europa, como eles tiveram muito mais tempo e fizeram algo muito mais perfeito — vamos dizer assim —, o problema que eles enfrentaram foi esse. Então, quando eles buscaram, por exemplo, os elementos da zona do euro, alguns dos países que entraram para a zona do euro não estavam em condições completas de estarem num esquema como aquele. E o resultado qual foi? Foi a crise que eles estão enfrentando hoje, que eu chamaria até de uma crise de perfeição, e não de imperfeição.

Então, é preciso entender que uma regra muito rígida, em alguns casos, não necessariamente é a ideal. A União Europeia desde o seu início tem expandido constantemente as suas fronteiras, e o MERCOSUL está fazendo isso também no momento. O MERCOSUL hoje, com a adesão da Venezuela, já tem 72% do território da América do Sul; uma área que é três vezes a área da União Europeia. Nem preciso lembrar isso. A gente vê a União Europeia tão grande no mapa, pela deformação da projeção, mas, na verdade, a área do MERCOSUL hoje já é três vezes a área da União Europeia. Dentro do MERCOSUL, hoje, estão 70% da população da América do Sul, e o PIB, que é 3,2 trilhões de dólares, é a quinta economia mundial.

Durante esse período do MERCOSUL, de 1991 até hoje, um pouco mais de 20 anos, o comércio intrabloco multiplicou-se 13 vezes. Ele era 4,5 bilhões de dólares no início; hoje, é quase 60 bilhões de dólares. Só para se ter uma ideia do tamanho que isso representa em termos de comércio, o comércio intra-MERCOSUL



hoje é do tamanho do fluxo comercial Brasil-Estados Unidos, sendo o Brasil a sexta ou sétima economia do mundo.

Outro elemento também importante é o seguinte: nos últimos anos, o MERCOSUL tem crescido de forma mais acelerada. Nos últimos 4 anos, o comércio internacional cresceu cerca de 13%, e o comércio entre os membros do MERCOSUL cresceu mais de 20%. Então, nós estamos crescendo numa taxa mais acelerada que o próprio comércio internacional. O MERCOSUL também atrai muitos investimentos. Em relação, por exemplo, à América do Sul, de todos os investimentos que vêm para a América do Sul, 54% vêm para o MERCOSUL; no caso da América Latina, 44%. Quer dizer, é um índice bastante elevado.

O MERCOSUL tem a maior reserva de água doce do mundo, é uma potência agrícola, é o maior exportador mundial de açúcar, o maior produtor e exportador mundial de soja, o primeiro produtor de carne bovina no mundo, o quarto maior produtor de vinho, a maior reserva de petróleo do mundo. Não são números pequenos e continuam em expansão, porque a Bolívia assinou o protocolo de adesão, o Equador manifestou interesse em entrar para o MERCOSUL, a Guiana e o Suriname assinaram acordo de associação. Ou seja, nós estamos num momento de dinamismo. Não num momento de decadência, como alguns tentam mostrar, mas num momento de dinamismo. Isso é extremamente importante perceber.

Outro mito que eu acho que se desenvolve também em torno do MERCOSUL é aquela ideia de que, por ter poucos acordos internacionais, o MERCOSUL estaria desligado das cadeias mundiais de produção. É preciso entender o seguinte: não há uma relação direta entre ter acordos internacionais e estar nas cadeias mundiais de produção. Eu até acho que nós devemos estar em mais acordos internacionais, e nós estamos trabalhando para isso. Estamos agora trabalhando muito firmemente num acordo entre MERCOSUL e União Europeia, por exemplo. Mas é preciso entender que não há uma vinculação direta entre essas duas coisas. Por exemplo, a China durante muito tempo não teve acordo de livre comércio com país nenhum, e não há país mais interligado nas cadeias mundiais de produção do que a China. O Chile, por outro lado, tem acordos com mais de 50 países e não está interligado em cadeia mundial de produção, continua sendo um grande exportador de *commodities*,



como era antes. Hoje, talvez exporte mais, exporta muito mais do que antes, mas continua dentro desse mesmo nicho.

Então, é importante compreender o seguinte: dois terços do comércio internacional é um comércio intrafirmas. As cadeias mundiais de produção são determinadas muito mais por esses fatores do que por outros. Vejam, por exemplo, o caso do mercado automobilístico, que é um mercado em franca ascensão no Brasil. Entre 2003 a 2012, nesse período de 9 anos, nós passamos de 1,4 milhões de dólares, em produção de carros, para 3,8 milhões de carros produzidos. Na Alemanha, o mercado ficou do mesmo tamanho: era de 3,5 milhões, ficou entre 3 e 4 milhões. No caso da Itália, por exemplo, reduziu de 2,5 milhões para 1,5 milhões de carros. No caso da Espanha, caiu pela metade, de 1,7 milhões de carros para 800 mil carros. Ou seja, enquanto a produção aqui aumentou quase três vezes, lá diminuiu. Entretanto, ano passado nós importamos da União Europeia quase 7 bilhões de dólares de autopeças. Por quê? Porque as empresas que produzem aqui, muitas delas são europeias e, na divisão internacional, determinaram que nós vamos comprar peças da Europa. Então, isso é muito mais determinante do que acordos internacionais.

Quando vemos as estatísticas, nós temos, por exemplo, que o Chile, a Colômbia e o Peru fizeram acordos de livre comércio com os Estados Unidos. É interessante notarmos que, nesses países, há sempre o mesmo padrão: aumenta um pouco a exportação deles para os Estados Unidos e aumenta muito a exportação dos Estados Unidos para eles. É o caso, por exemplo, do Chile, em que as exportações dos Estados Unidos para eles aumentaram quatro vezes mais do que as exportações do Chile para os Estados Unidos. Mas isso se repete também no caso do Peru, em que, num período de 4 anos, de 2008 a 2012, as exportações peruanas para os Estados Unidos cresceram 10%, e os americanos passaram a vender 50% a mais ao Peru. Enfim, esse é um número recorrente.

A questão chave aí é que não existe uma vinculação direta entre acordo de livre comércio e entrar em cadeia mundial de produção. Não há essa vinculação. Para que se entre numa cadeia mundial de produção, outros elementos são necessários: melhora da qualidade, desenvolvimento de tecnologia, criação das próprias marcas, trabalho com a questão das empresas e estímulo para que haja





essa conectividade com as cadeias de produção, tendo os outros elementos feitos. Os acordos também podem ajudar, mas não são o elemento central.

O que, sim, é importante notar em relação ao MERCOSUL é que o fato de ter feito o acordo estimulou, e muito, a produção industrial nesses países — no Brasil e nesses países. Vejam, por exemplo, o caso da indústria automobilística na Argentina. Em 2002, a Argentina produzia 160 mil carros; esse ano, vai produzir mais de 900 mil carros. Onde andam 50% desses 900 mil carros que a Argentina vai produzir? No Brasil, estão nas ruas brasileiras, andando aqui. Nós compramos esses carros, assim como 75% das nossas exportações de carros vão para a Argentina. É importante notar que isso estimula empregos de carteira assinada lá e empregos de carteira assinada aqui. E não é só no Brasil e na Argentina. O Paraguai, por exemplo, hoje tem já duas fábricas de chicotes elétricos, uma da Ford, outra da Hyundai, para servir ao mercado brasileiro. Então, esse tipo de fábrica, que antes não havia no Paraguai, existe em função do MERCOSUL e do mercado brasileiro. Existe hoje uma produção pequena de automóveis no Uruguai em função do quê? Desses acordos. Então, é importante entender que o MERCOSUL tem a ver, sobretudo, com empregos de carteira assinada, empregos que beneficiam, muitas vezes, Estados industriais. É importante entender isso.

Vamos comparar as exportações brasileiras de manufaturados, de quanto eram antes do MERCOSUL e de quanto são hoje. As exportações brasileiras de manufaturados em 1989, 2 anos antes do MERCOSUL, eram de 1,2 bilhões de dólares. Hoje, são de 21 bilhões de dólares para os sócios do MERCOSUL. Então, é importante notar esse forte conteúdo industrial. Nas vendas para o MERCOSUL, nosso conteúdo industrial é cerca de 90%. Em relação a outras regiões do mundo, é muito mais baixo. Em relação à China, por exemplo, é baixíssimo. Em relação à Europa, também é muito baixo. Em relação aos Estados Unidos, é um pouco melhor, mas já caiu em relação ao que foi no passado. Então, é importante entender esse aspecto de industrialização. MERCOSUL significa industrialização, significa emprego de carteira assinada.

Já que falei bastante da parte comercial, bastante da parte econômica, da parte — digamos assim — do mundo real, também acho importante entender que o compromisso no MERCOSUL não é só comércio. O compromisso é melhorar a vida



das pessoas. É importante que nós compreendamos que não basta só gerar riqueza, é importante que as pessoas envolvidas nesse processo possam melhorar. O Brasil esse ano vai ser a sétima economia do mundo. Nesse *ranking*, a Bolívia está no número 93, e o Paraguai, no número 95. Vejam bem a disparidade. Esses são os nossos vizinhos, e nós temos dez vizinhos. O Brasil quer crescer, mas ele não quer crescer sozinho, ele quer crescer com seus vizinhos, ele quer que os vizinhos se insiram no nosso projeto de desenvolvimento e tenham possibilidade de crescer também. Isto é extremamente importante: ajudar os vizinhos a prosperar. Por quê? Porque vizinhos mergulhados no caos não é algo que nos ajude. Ao contrário, é algo que nós não desejamos. Nós não desejamos! Então, nós temos que fazer a nossa parte.

Por isso no MERCOSUL existe, por exemplo, o FOCEM, que é um fundo que não empresta dinheiro, ele faz os projetos a fundo perdido. O montante desse fundo já está em 1 bilhão de dólares. Só para vocês compararem, a Aliança do Pacífico criou outro dia um fundo de 1 milhão de dólares, um milhão. O nosso é um bilhão. Ele foi capaz, por exemplo, de fazer algo como a linha de transmissão no Paraguai, que a Presidenta Dilma inaugurou junto com o Presidente Cartes, do Paraguai, em 30 de outubro passado, com a presença do Ministro Figueiredo. Essa linha foi a terceira mais importante obra de infraestrutura no Paraguai. Ela só perdeu para Itaipu e Yacyretá, que é a hidrelétrica que eles têm com a Argentina. Essa linha vai fazer com que o Paraguai possa usar melhor a energia de Itaipu e com que as empresas brasileiras possam se instalar no Paraguai e se tornar mais competitivas. No final da linha, há uma cimenteira da Camargo Corrêa. Há várias outras como essas que citei aqui, as fábricas de chicotes e tudo o mais, que estão se instalando no Paraguai também para vender para o Brasil.

Eu queria agora, nessa parte, fazer algum comentário sobre a Aliança do Pacífico, que é algo de que se fala muito. E eu acho interessante a gente ter alguns elementos para tornar mais claro o que isso representa. Primeiro, acho que não é produtora a gente alimentar um discurso como se estivesse trabalhando na base de uma rivalidade, do que é melhor, do que é pior. Eu acho que isso não é uma coisa interessante.



É importante a gente entender o que é hoje a Aliança do Pacífico. A Aliança do Pacífico hoje é um acordo comercial, mas com um escopo ainda hoje muito limitado. Por exemplo, o fluxo de comércio entre todos os membros da Aliança do Pacífico representa 2% do comércio global deles, é muito pequeno em relação ao comércio global. Também é muito pequeno quando você compara até com a relação dos membros da Aliança do Pacífico com o MERCOSUL. Vejam, por exemplo, que o comércio entre os membros da Aliança do Pacífico e o MERCOSUL é maior do que o comércio entre os próprios membros da Aliança do Pacífico. Então, é um acordo ainda muito incipiente.

O comércio entre os membros da Aliança do Pacífico é, sobretudo, de *commodities*. Vamos pegar um exemplo: Chile e Colômbia. Setenta por cento do que o Chile compra da Colômbia são dois produtos: petróleo e carvão, produtos que já não são sujeitos à tarifa. Então, um acordo de redução tarifária não terá impacto sobre isso e terá um impacto muito reduzido também com o restante do comércio desses países.

Outro elemento também que eu acho importante notar é que o grande avanço que eles fizeram até o momento foi anunciar que já foram liberalizados cerca de 90% do universo tarifário. Essa negociação de fato ocorreu, isso está de fato vigente, só que ocorreu no âmbito da ALADI, aliás, num âmbito de que nós também participamos. O Brasil trabalhou com eles nesse exercício de redução e atingiu marcas semelhantes, só que ao longo do tempo. O que eles fizeram agora foi anunciar o vigor imediato disso.

Agora é interessante notar o seguinte: nós também estamos interessados em aumentar o comércio com eles, nós também estamos abertos a essa ideia, tanto que, na última reunião ministerial do MERCOSUL, o Brasil sugeriu que nós antecipemos o momento em que nós vamos ter uma Área de Livre Comércio da América do Sul — em que nós vamos chegar a esses 90% ou mais do comércio liberalizado — de 2019 para dezembro do ano que vem. Inclusive a Presidenta Dilma comentou isso com o Presidente Humala, na visita ao Peru.

É preciso também notar o seguinte: em 2011, depois da Argentina, o país com que o Brasil mais comercializou na América Latina foi o Chile, membro da Aliança do Pacífico; em 2012 não foi o Chile, foi o México, o segundo, também



membro da Aliança do Pacífico. Então, a gente tem que desmitificar um pouco essas coisas e ter a noção de que o importante é promover a integração da América do Sul; o importante não é marcar diferenças ou criar diferenças, ou estimular rivalidades; o importante é que nós possamos trabalhar pela integração em todos os quadrantes. É a integração que nos dá escala, é a integração que nos ajuda a fazer algo importante para nós e que é o fundamental: melhorar a vida das pessoas.

Por isso, eu tentei aqui mostrar para os senhores com números concretos em relação ao MERCOSUL que não há essa ideia de rótulo ideológico. O que a gente faz com o MERCOSUL tem um sentido econômico, comercial e tem um sentido de solidariedade também, sem dúvida nenhuma. E é importante que tenha isso. Aliás, no elemento da solidariedade é muito importante notar a diferença da generosidade. A solidariedade cada um dá na medida da sua possibilidade, mas você reconhece no outro um ator também no processo que possa participar com você disso. E esse é um elemento fundamental. O que nós de fato queremos é construir uma América do Sul mais forte. O que nós queremos é um projeto comum de desenvolvimento. O que nós queremos é que o Brasil e a América do Sul possam ocupar o seu lugar no mundo. Esses são os pontos essenciais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Muito obrigado, Embaixador Antonio Simões. V.Exa. deu contribuições muito valiosas para este debate. V.Exa. fique à vontade, quando chegar o seu horário, para poder nos deixar. Mas eu quero, desde já, agradecer a sua contribuição, que não é a primeira e não será a última.

Eu vou passar a palavra agora ao Embaixador Rubens Barbosa, também um pensador, que tenho certeza dará contribuições importantes para este debate.

Embaixador, com muita honra, passo a palavra a V.Exa.

**O SR. RUBENS ANTONIO BARBOSA** - Bom dia a todos!

Obrigado, Presidente, pelo convite para participar desta audiência sobre o quadro aqui na América do Sul e a posição do Brasil nesse contexto. Eu só sinto que o Embaixador Simões tenha se ausentado, porque eu vou fazer alguns comentários sobre o que ele falou, e que não coincidem exatamente com as posições que fez.



Rapidamente, eu vou traçar alguns pontos sobre a minha visão dos aspectos políticos aqui na região e depois dos aspectos econômicos do MERCOSUL, da UNASUL e da Aliança do Pacífico. Depois, eu vou mencionar algumas coisas importantes que acho sobre a influência da política externa sobre o comércio exterior brasileiro e os resultados que ela teve sobre a estratégia de negociação brasileira.

Em primeiro lugar, a política externa brasileira não é dada a muitos zigzagues ou muitas modificações bruscas. Todos os Governos mantêm uma continuidade na política externa e cada Governo coloca a sua ênfase e faz as suas inovações. No caso da América do Sul, a política externa, nos últimos 20 anos, em relação à América do Sul, teve que enfrentar os desafios colocados pelas grandes transformações — eu não vou entrar em detalhes aqui — que ocorreram no Brasil, na região e no mundo. Nós não estamos discutindo no vácuo; estamos discutindo concretamente em situações que mudaram política, econômica e socialmente aqui na América do Sul, no Brasil e no mundo.

Como nós ouvimos agora, a América do Sul ocupa — eu acho que corretamente — um lugar central na política externa brasileira. E a Presidenta outro dia declarou que a geografia é o destino do Brasil. Acontece que, na minha visão, nos últimos 12 anos, houve uma diferença muito grande entre a retórica que nós ouvimos aqui há pouco e a realidade do que ocorre na região, sobretudo em relação à posição do Brasil, porque as posições que eu vou colocar aqui também não são teóricas; são posições que levam em conta o interesse brasileiro. Eu analiso essa situação toda do Brasil no mundo — não é o caso para se examinar agora —, mas a situação do Brasil na América do Sul, do ponto de vista do interesse nacional brasileiro hoje, que é uma coisa concreta. Eu acho que, dentro dessa perspectiva, nesses últimos 12, 13 anos, nós tivemos uma estratégia equivocada em relação à América do Sul do ponto de vista político e econômico. E isso é resultado da influência da política externa sobre nossas ações na região, influência contaminada, na minha visão, pela partidarização e pela politização das negociações tanto políticas quanto econômicas.

Eu acho que em relação à América do Sul, o Brasil hoje está paralisado, está a reboque dos acontecimentos. Nós aderíamos a uma agenda que não é a nossa e



estamos com problemas sérios na região, depois nós podemos examinar o Paraguai, a Venezuela, a Argentina.

A América do Sul, na minha visão, é hoje o principal problema da política externa brasileira, quer dizer, nós não estamos fazendo política da geografia, e nós não estamos tendo uma visão estratégica em relação à região do ponto de vista político.

Do ponto de vista econômico, nós ouvimos aqui também que o objetivo principal do Brasil, na região, é formar uma área de livre comércio e manifestar solidariedade em relação aos nossos vizinhos. O que nós estamos vendo ocorrer? Ao invés de uma integração, nós estamos vendo uma desintegração da região.

A região hoje está dividida em três grandes blocos: o bloco bolivariano, o grupo da Aliança do Pacífico, e o Brasil está um pouco no meio, o Uruguai e o Brasil estão um pouco no meio disso tudo.

Nós estamos vendo uma erosão das preferências do Brasil na área econômica nesses últimos anos. Agora começa a haver alguma ação nossa, como foi dito aqui, para recuperar esse tempo perdido no aprofundamento dos acordos regionais da região.

Nós estamos vendo a criação de novas instituições importantes, a UNASUL, a CELAC, com uma visão política de criar blocos de oposição a outros países, a outras potências fora da região.

E, quando se colocou na região, por influência do Brasil, por influência da Venezuela, a opção entre participar desse grupo que se formou e se incorporar a outros grupos, o que se viu foi que alguns países optaram por não se filiar a esse grupo; e se filiaram ao grupo americano.

Nós estamos, na minha visão, aqui na região, cada vez mais isolados. Há uma perda de importância da projeção externa do Brasil e da negociação comercial externa. Como eu disse, ao invés da integração, que é o objetivo fundamental da política externa brasileira, nós estamos vendo uma desintegração regional e uma dificuldade para a integração nas cadeias produtivas.

Sobre o que disse o Embaixador Simões, eu não vejo essa questão que ele colocou da contradição entre não ter negociação de acordos e não entrar na cadeia



produtiva, isso não é o caso, não se coloca isso. Como ele mencionou, hoje 56% do comércio global são feitos através de comércio entre companhias.

Então, efetivamente, ninguém está querendo fazer acordos comerciais para entrar na cadeia produtiva. O que nós estamos querendo é ter acordos comerciais para que a gente possa ter abertura de mercados. Porque o que ocorreu aqui na região é que a ausência desses acordos está deixando o Brasil isolado, não só na discussão de abertura de mercado, mas também nas regras que estão prevalecendo hoje no mundo. E vamos falar depois, na parte de comércio, do novo papel da China na região, que está atropelando o Brasil na área comercial.

Então, são esses os comentários sobre a questão política em relação ao relacionamento bilateral e ao problema da integração. Há muito mais a dizer, estou fazendo uma coisa muito rápida, muito sumária. Depois, nos debates, a gente pode entrar em mais detalhes.

Em relação ao MERCOSUL, aí sim eu tenho grandes diferenças em relação ao que o Simões falou. Eu acho que quando se discute o MERCOSUL, como inicialmente concebido, discute-se o MERCOSUL em tese, em abstrato. Não é em abstrato. O MERCOSUL é um tratado comercial assinado em 1991 para abrir mercado na região, para liberalizar o comércio aqui na região.

O que nós estamos vendo? O MERCOSUL paralisado, não está abrindo mercado nenhum. O crescimento, como foi dito aqui — aliás, não é de 60 bilhões, o comércio intraglobal chega a 48 bilhões de dólares, não 60 bilhões. Mas cresceu? Sim, cresceu, porque cresceu o comércio com o mundo inteiro, inclusive no Brasil. O Brasil quadruplicou o comércio exterior de 2003 até agora, porque o comércio cresceu no mundo inteiro e cresceu aqui também.

Então, o MERCOSUL hoje está paralisado por causa das travas comerciais, das restrições comerciais que impedem a liberalização do comércio, e não é só a Argentina, que é o caso mais extremo. Todos os países estão fazendo isso.

O art. 1º do Tratado de Assunção diz que o objetivo do MERCOSUL é a liberalização do comércio e a abertura de mercado. Esse é o objetivo do Tratado, não é um tratado político, social, para o bem-estar do cidadão, isso é outra história, há outros atos internacionais para cuidar disso. O MERCOSUL é um exercício, deveria ser, deveria continuar a ser, como era no início. E eu acho que se confundiu



nesses últimos anos a visão de uma política de Estado, que é o MERCOSUL, com uma política de Governo, contaminando a eficiência do MERCOSUL.

Na área comercial, vou me referir a alguns aspectos econômicos que o Simões mencionou. Eu acho que a agonia do MERCOSUL — essa é a realidade, do ponto de vista comercial, visto como foi inicialmente criado — começou justamente por causa da politização que o MERCOSUL sofreu.

Então, nós temos a aceitação do protecionismo ilegal perante o MERCOSUL, perante a OMC. Nós tivemos uma ampliação dos membros de maneira violenta, como foi a maneira como entrou a Venezuela, agora a Bolívia, por razões políticas, não por razões econômicas. Na minha visão, isso é contrário ao interesse do Brasil.

Se nós, com quatro países, temos grande dificuldade de chegar a um entendimento, imaginem com 6, 7, 8, depois entra o Equador, depois vai entrar o Suriname, quer dizer, descaracterizou totalmente o interesse brasileiro pelo MERCOSUL.

Outro ponto mencionado também: o MERCOSUL, no fim da década de 90, representava 16% do comércio exterior brasileiro. Hoje, representa 8,6%; só 15% do comércio do Brasil vão para o MERCOSUL.

Então, o MERCOSUL, que tinha uma importância muito grande quando foi criado — 16% do comércio exterior brasileiro —, mas hoje representa 8,6%, tornando essa união aduaneira menos interessante para o setor privado brasileiro.

Nós estamos isolados. Eu não vou insistir nisso. O Simões mencionou também. O mundo inteiro está negociando 353 acordos. Nós, em 13 anos, negociamos três acordos, por uma estratégia equivocada. Nós ficamos pendurados na negociação multilateral da OMC e abandonamos os acordos regionais. E os três acordos regionais que foram criados foram criados por razões políticas, um para Israel, outro para o Egito e outro com a Autoridade Palestina, que não têm relevância comercial para o Brasil.

Nós estamos com problemas políticos tremendos no MERCOSUL, e o Brasil é neutro, não participa desse debate — quando deveria. Nós devíamos ter, como foi feito no começo do Governo Lula, declarado que o Brasil queria exercer a liderança no processo de integração. Isso foi perdido. Hoje nós estamos a reboque, não há





nenhuma liderança, porque a liderança não se proclama, a liderança se exerce. Nós não estamos exercendo a liderança dentro do MERCOSUL.

Hoje nós estamos com problemas sérios. A maneira como foi feita a suspensão do Paraguai, o último ponto, o mais grave; como foi feita a adesão da Venezuela, e até hoje não está resolvida essa questão no MERCOSUL, porque o Paraguai ainda não ratificou isso; as disputas entre Argentina e Uruguai. Tivemos as disputas das papeleiras agora, duas semanas atrás. A Argentina tomou medidas retaliatórias contra o Uruguai, proibindo o transporte de mercadorias dos portos argentinos para os portos paraguaios. Também a maneira como foi tratada a questão do asilo do senador boliviano; a maneira como Celso Amorim foi tratado, em relação à vistoria do avião. Enfim, isso tudo mostra que não é tranquilo o processo de integração. Nós estamos no meio de um processo de desagregação e de crescente dificuldade política, que gera, do ponto de vista da integração comercial, que interessa ao Brasil, uma insegurança jurídica muito grande.

Eu acho que o processo de integração na região é muito importante. Eu fui o primeiro Coordenador Nacional do MERCOSUL; sou muito favorável à presença crescente do Brasil na América do Sul, de alguma maneira para ajudar os países a crescer, porque isso também beneficia o Brasil; mas isso tudo tendo como principal objetivo não uma plataforma político-partidária ou ideológica, mas o interesse nacional. Estamos fazendo certas coisas, mas não atendem, na minha visão — poderemos discutir isso depois —, ao interesse nacional.

A UNASUL, como inicialmente concebido — o Embaixador Samuel teve uma participação importante nisso —, era uma parte importante da estratégia brasileira para chegar a essa área de livre comércio. Acontece que a UNASUL, do ponto de vista político brasileiro, perdeu o interesse, porque alguns países que estão na UNASUL fizeram acordos com os Estados Unidos. Como é que a gente pode fazer uma integração regional, se três, quatro países que estão na UNASUL fizeram acordo com os Estados Unidos?

A UNASUL, que era uma ideia brasileira, apoiada pelo Brasil, foi sequestrada pela Venezuela, e se criou essa coisa pela qual, do ponto de vista do Brasil, já se perdeu o interesse.



Há dois aspectos na UNASUL que são importantes, e eu acho que a gente devia apoiar muito. Primeiro, a competência agora da UNASUL para tratar da infraestrutura física. A COSIPLAN, que é o Conselho que trata disso, está na UNASUL.

Eu acho também que há falta de visão estratégica na questão da infraestrutura, porque a China se tornou, nesses últimos 2, 3 anos, o principal parceiro do Brasil, e a Ásia a principal região comercial de interesse brasileiro, mas estamos fazendo muito pouco — se é que estamos fazendo alguma coisa — para a abertura de portos no Pacífico. Os produtos brasileiros que vão para a China têm que passar ou pelo Canal do Panamá ou pelo Estreito de Magalhães para ir para a China. Nós devíamos ter uma estrada de ferro ou rodovias, abrindo canais de exportação no Pacífico para produtos brasileiros. Isso está a cargo da UNASUL.

A outra coisa importante é o Conselho de Defesa. O Ministro Celso Amorim tem feito muita coisa para aproximar os interesses brasileiros dos interesses na área de defesa dos outros países.

Em relação à questão da UNASUL, eu também não estou muito preocupado com uma ameaça comercial desse grupo, mas a gente tem que reconhecer que eles estão como elementos estratégicos. Eles optaram pela Ásia, não pela América do Sul. Pode ser certo, pode ser errado, mas eles fizeram uma opção. Não acho que isso seja uma ameaça imediata ao Brasil. O único ponto de cautela que devemos tomar — aí também há um elemento estratégico de negociação —, a questão que se pode colocar nos próximos anos, pelos acordos que a Aliança do Pacífico já negociou com a China, com a Coreia, com a Ásia, é com o fato de estes países, não o México, mas o Chile, a Colômbia e o Peru, se transformarem em plataformas de exportação para o Brasil. Hoje, nós já damos praticamente 100% de preferência a esses países. Os produtos do Chile, da Colômbia, do Peru entram no Brasil com zero de tarifa, e eles não abriram o mercado para o Brasil — a Colômbia só 40%, o Peru 10%. Isso pode ser muito importante nos próximos anos, se esses acordos que eles têm com a China e com a Ásia produzirem efetivamente a transferência de empresas chinesas e coreanas para esses países a fim de exportar para o Brasil, produtos que vão entrar com tarifa zero aqui. Portanto, para evitar isso, o que nós precisamos é de uma negociação de regras de origem muito mais firme.



O último ponto é a questão da política externa atual e o impacto sobre o comércio exterior. Eu acho que, realmente, essa é uma questão importante, porque, desde o começo do Governo Lula, em relação à política externa, o Governo brasileiro em geral teve outra visão de mundo. A visão de mundo do Governo mudou. A política implementada visou a reduzir a dependência do Brasil em relação aos países desenvolvidos e a mudar o eixo da política comercial. Essa foi uma declaração pública, não é afirmação minha. Por causa disso, a preferência ao Sul-Sul, a baixa prioridade para os países desenvolvidos, a integração regional, tudo isso que a gente sabe que são prioridades da política externa, essas questões tiveram, do ponto de vista comercial, uma influência, na minha visão, muito negativa, tanto na questão multilateral, quanto na questão regional, quanto na questão extrarregional. Em todas essas áreas, nós adotamos uma estratégia equivocada. Há uma estratégia, mas é uma estratégia equivocada. Nós poderemos discutir isso depois.

Com relação à negociação multilateral, nós estamos, até hoje, há 15 anos, pendurados na OMC. Durante toda a negociação da Rodada de Doha, não fizemos nenhuma negociação comercial com nenhum país importante, com exceção desses três que eu mencionei. O que aconteceu? A Rodada de Doha fracassou. Nós estamos à beira, no começo de dezembro, de uma reunião ministerial, e o Diretor-Geral da OMC está ameaçando cancelar a reunião, porque não vamos poder fazer nem o programa mínimo para manter a Rodada Doha de pé.

Então, nós tivemos zero de vantagens comerciais nas negociações da Rodada de Doha, subsídio, *antidumping*, liberalização do comércio. O Brasil, zero. Então, foi uma negociação equivocada nas negociações multilaterais.

Nas negociações regionais, eu já mencionei a questão do MERCOSUL, que, na minha visão, é equivocada, porque nós deixamos de ter o MERCOSUL como inicialmente concebido para ter outro MERCOSUL, que não tem nada a ver com o MERCOSUL original. E, do ponto de vista extrarregional, nós deixamos de fazer os acordos ou as aproximações com os países importantes.

Quais foram os resultados concretos dessa política Sul-Sul, ignorar os países desenvolvidos, em relação à África e ao Oriente Médio, que foram as prioridades do Governo brasileiro nos últimos anos? Se os senhores analisarem as estatísticas do



comércio exterior brasileiro para a África e para o Oriente Médio, que tiveram ênfase muito grande — o Presidente Lula foi 60 vezes à África, criamos o mecanismo África-América Latina, Oriente Médio-América Latina —, verão que em 2003 a porcentagem do comércio exterior brasileiro para esses países era de 3,5%, África e Oriente Médio. Hoje, no primeiro semestre de 2013, a porcentagem é de 4,5% para cada um. Depois de todo o esforço, abertura de embaixada, empréstimos para tudo que é gente da África, enfim, tudo o que a gente fez, aumentou um ponto percentual o comercial exterior brasileiro. Se você for analisar em valores absolutos, claro que cresceu, mas porque cresceu o comércio no mundo inteiro. Mas, em termos relativos, do ponto de vista do Brasil, estamos estagnados nessa região, nessas duas reuniões que foram prioridades da política externa brasileira.

Em relação aos países desenvolvidos, quando saí de Washington, em 2004, nós tínhamos o superávit de 4 bilhões de dólares. Hoje, nós temos um déficit de 11 bilhões de dólares. Em relação à União Europeia, nós nunca tivemos déficit em balança comercial. Nos últimos 2 anos, nós estamos tendo, e este ano nós vamos fechar com déficit de 5 bilhões de dólares. Então, esse argumento que foi usado de que a ausência de acordo comercial não tem impacto sobre o comércio exterior, na minha visão, não é verdade, porque tem impacto, sim. Senão, não haveria 350 acordos sendo negociados pelo mundo inteiro, sem falar dos mega-acordos da União Europeia com os Estados Unidos, no acordo da Ásia. Então, o resultado dessa ação de política externa sobre o comércio exterior está levando a isto: que nós tenhamos crescentes déficits nos países desenvolvidos, porque não há nenhuma ação política, não há missões comerciais, não há promoção comercial significativa. A AMPEX não faz essas missões para esses países. Então, ficou reduzido a isso. Além, para ser justo, para ser objetivo, isso não é só resultado de decisões equivocadas da política externa. Há também decisões equivocadas de política econômica interna, porque o grande prejuízo do Brasil e a grande consequência de ausência de uma política comercial adequada é o aumento da perda da competitividade. Nós estamos perdendo mercado pela perda da competitividade, pelo Custo Brasil, que está sem nenhuma visão de médio e longo prazo nos últimos anos. Nós ficamos numa posição defensiva, estamos tomando



medidas para proteger a indústria como compensação pela perda da competitividade, por causa do câmbio, e isso tem isolado o Brasil cada vez mais.

Acresce ainda o fato de que, em termos de política comercial, sobretudo nos últimos 2, 3 anos, o Itamaraty tem perdido espaço, tem perdido a influência que tinha no passado, que gerou essa política toda.

Para finalizar, o que fazer dentro desse quadro todo, que eu descrevi rapidamente, em que nós podemos depois aprofundar? Na minha visão, nós vamos ter que ter, em relação à América do Sul, uma nova política externa para a região, uma política externa que seja despolitizada, despartidarizada, e que efetivamente venha a focalizar o interesse brasileiro em primeiro lugar. Nós temos que adaptar a política externa ao novo papel que o Brasil tem no cenário internacional.

A América Latina está perdendo substância, espaço dentro do comércio global do Brasil. Nós temos que ter uma atitude mais pragmática, mais realista, e que a gente exerça efetivamente uma liderança. Por exemplo, no MERCOSUL, o Brasil tem que ter uma liderança, para acabar com essa situação, para reverter ao MERCOSUL, como era no início, para defender o nosso interesse. Nós perdemos 20% da exportação brasileira, ano passado, por causa das travas argentinas, que nós aceitamos dentro de uma filosofia, que foi inventada pelo Itamaraty, de paciência estratégica. Paciência em todos os casos, até dentro da família, tem certo limite. Nós não temos nenhum limite na paciência estratégica.

Nós temos que ter uma nova estratégia de negociação comercial. A FIESP, a CNI, o IED já produziram papéis nesse sentido. Há ideias concretas, não é uma coisa vaga. Nós temos que aprofundar os acordos. Nós estamos defendendo, há mais de 10 anos, o aprofundamento dos acordos regionais. Agora, felizmente, a Presidente, em sua visita ao Peru, mencionou isso pela primeira vez. Que nós temos que aprofundar, porque há uma situação de desequilíbrio. Nós damos todo o acesso a esses países, mas alguns desses países não dão acesso aos produtos brasileiros em reciprocidade. Nós temos que ter uma política de negociação, de acordos com os países desenvolvidos.

O Presidente da CNI, que não é da oposição, que é ligado ao Ministro da Indústria e Comércio, que é ligado à Presidente, acaba de propor um acordo com os Estados Unidos. Não foi a oposição que propôs. Foi o Sr. Presidente da CNI,



Robson de Andrade, um acordo de livre comércio com os Estados Unidos. É claro que não vai haver nenhum acordo de comércio com os Estados Unidos. Não convém ao Brasil agora, mas mostra a insatisfação existente no meio empresarial com a política atual.

Evidentemente nós temos que manter e aprofundar os acordos que já temos com o Sul-Sul. Ninguém está querendo acabar com essa política; ao contrário, essa política também é uma política de continuidade. O Itamaraty e o Governo brasileiro — e antes, os Governos anteriores — mantinham essa política Sul-Sul. A ênfase, na minha visão, é equivocada. É uma ênfase prioritária, quando devia ser uma ênfase junto com os outros países desenvolvidos, com os países do IBAS, com os países do BRICS. Isso é muito importante, e nós temos que nos aprofundar. A gente tem que rever o multilateralismo, porque está acabando. Todas as regras desses 350 acordos que estão sendo negociados estão sendo negociadas fora da OMC. O Brasil está fora da discussão dessas regras, e, no futuro, nós vamos ter que aceitá-las, porque ou a gente as aceita ou a gente vai estar fora. Nós não temos nenhuma influência na definição dessas regras.

Nós temos que retomar — eu acho que isso é uma coisa importante, porque quer dizer ação aqui na região —, que revisar o MERCOSUL, não para acabar com ele. Ao contrário, eu acho que a gente tem que fortalecê-lo, revertendo-o ao que era originalmente: um instrumento de abertura e de liberalização de mercado, com regras que funcionem e que não sejam desrespeitadas impunemente por todo mundo.

Finalmente, nós temos que rever o processo decisório do comércio exterior. Eu acho que isso é uma imposição. Qualquer governo que venha aí, a partir de 2015, vai ter que enfrentar esse problema. O sistema decisório de comércio exterior hoje no Brasil está falido, está quebrado, não existe.

Se os senhores se derem ao trabalho de examinar as competências da CAMEX — é, de fato, é o Ministério do Comércio Exterior, e é o terceiro escalão no Ministério da Indústria e Comércio. A FIESP e a CNE examinaram esse assunto, já há algum tempo, e estão propondo que seja indicado um Presidente para a CAMEX, fora do Ministério da Indústria e Comércio, subordinado diretamente à Presidente da República. Isso criaria no Brasil uma coisa semelhante, embora com competências



diferentes, ao que existe em alguns países, inclusive, que é o mais efetivo, nos Estados Unidos. E o USTR é isso, é um colegiado subordinado diretamente ao Presidente. Isso faz o quê? Qual é a consequência disso? Primeiro, eleva o nível burocrático, tira do terceiro escalão do Ministério da Indústria e Comércio e coloca no primeiro escalão diretamente subordinado à Presidente. Isso aqui no Brasil é importante porque há muita divergência entre os órgãos. E alguém precisa arbitrar, e hoje ninguém arbitra. Quer dizer, há um Ministro mais forte que os outros que arbitra, como a gente sabe, mas isso tem que ser arbitrado pelo Presidente da República. Segundo, isso vai facilitar medidas para simplificação do comércio. Hoje nós temos 3 mil decretos-leis, 17 agências, e Ministérios que interferem na exportação. Tem 11 que interferem na importação.

Quer dizer, é impossível você ter algum tipo de eficiência empresarial com essa burocracia toda lidando com o comércio exterior. E, para resolver isso, tem que haver uma autoridade importante que possa decidir sobre isso. Nós temos que melhorar a coordenação para a mudança da estratégia. Vai ter que haver uma mudança de estratégia na negociação comercial e tem que ter alguém que comande a política de comércio exterior. Hoje não há no Brasil, não só neste Governo — estou me referindo a todos os Governos —, e nunca houve uma autoridade que comandasse o Ministério do Comércio Exterior.

Quando foi criada a CAMEX, colocaram o Chefe da Casa Civil para presidi-la. Depois passou para o Ministério da Indústria e Comércio, e nem uma experiência nem outra funcionaram. Nós temos que ter alguém que comande efetivamente a CAMEX e o Ministério do Comércio Exterior, inclusive para tratar da questão que afeta basicamente o comércio exterior, que é a competitividade. Os senhores sabem, o Congresso vai ter uma posição importante nisso, porque algumas mudanças vão ter que ser feitas com a participação e a colaboração importantes do Congresso. São leis que têm que ser mudadas para melhorar a competitividade.

Por fim, eu acho que uma mudança dessas na estrutura do processo decisório vai fazer com que o Itamaraty recupere a influência que tinha antes. Hoje o Itamaraty está sendo marginalizado nas decisões e precisa recuperar sua influência dentro desse conselho que tomará as decisões sobre comércio exterior.



Eu teria muito mais a dizer, mas vou parar por aqui e estou pronto para o debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Muito obrigado, Embaixador Rubens Barbosa. Tenho certeza de que suas contribuições foram valiosas para o debate. Vamos ter agora, inclusive, com o debate com os Deputados após a exposição do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, a oportunidade de fazer essa interlocução.

Eu passo a palavra ao nosso Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães para que ele possa fazer também as suas considerações.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Eu queria, em primeiro lugar, agradecer à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional o convite para participar desta audiência pública, que me foi transmitido pelo querido amigo, o Deputado Nelson Pellegrino, e a oportunidade de estar aqui não só com os Srs. Parlamentares para debater esses temas de grande importância, mas também em companhia do Embaixador Rubens Barbosa e do Embaixador Simões.

Em relação às questões todas de que estamos tratando aqui, eu queria fazer algumas reflexões. A primeira delas é a seguinte: todos esses tópicos se referem às questões, tratadas até o momento, de comércio exterior brasileiro, comércio internacional e da economia brasileira. Então, a questão extremamente importante no comércio exterior brasileiro é a do balanço comercial, porque o balanço comercial, isto é, a relação entre exportações e importações, é de grande importância para o balanço de pagamentos, para o fechamento das contas externas. *(Pausa.)*

Então, digamos, quando examinamos as contas do balanço de pagamentos brasileiro, nós vemos que, em grande número de contas, o Brasil é deficitário: na conta de tecnologia; nas contas de capital em geral, capital não, mas na conta de lucros; na conta de juros, de empréstimos; na conta de serviços, e assim por diante. Então, é extremamente importante termos superávit comercial para ser possível o equilíbrio das contas do balanço de pagamentos sem o recurso permanente ao influxo de capitais estrangeiros. Então, é extremamente importante a questão comercial.





Naturalmente, um eventual déficit do balanço comercial pode ser compensado com a entrada de capitais — ou de capitais de investimento, ou de capitais de curto prazo —, mas todos eles vão receber, vão produzir remessas eventuais ou de lucros, ou de pagamentos de juros. Então, é algo como viver a crédito quando não há equilíbrio no balanço comercial e nas contas do balanço de pagamentos.

É extremamente importante o fato de que todas as questões tratadas aqui relativas a comércio falam sempre do aumento das exportações, mas não falam do aumento das importações. Isso é extremamente complicado — extremamente complicado —, porque, ao assinar acordos de livre comércio, se houver um aumento maior das importações do que das exportações, essa situação geral se agrava.

Muito bem, muito bem. Então, esse é um ponto sobre que eu considero necessário haver certa reflexão. É preciso saber se os acordos a serem eventualmente assinados geram superávit ou déficit provável.

Acordos com países desenvolvidos — para entrar logo num ponto crítico.

Ora, nós sabemos — o Embaixador Rubens Barbosa sabe melhor do que eu — que a média tarifária dos países desenvolvidos é muito baixa. A da União Europeia talvez seja inferior a 5% — na área industrial, estou falando da área indústria. A dos Estados Unidos também é. Então, não há como, sem contar a questão do comércio intrafirma, aumentar as exportações de produtos manufaturados do Brasil para esses países. É extremamente difícil porque depende de decisões empresariais e também porque não é reduzindo a média tarifária que isso se vai obter.

Em relação à área agrícola, nós sabemos que tanto a Europa como os Estados Unidos têm sistemas de proteção a sua agricultura extremamente sofisticados, sendo que os Estados Unidos são competidores do Brasil na soja, no milho, na carne e assim por diante. E são sistemas altamente protecionistas. Se há países protecionistas no mundo hoje em dia, são os países altamente desenvolvidos; não é o Brasil. Esse é que é o fato. Quando pegamos os últimos relatórios da OCDE e da OMC, vemos que o maior número de medidas protecionistas se originam nesses países. Não há por que nós agora aceitarmos a ideia de que nós somos protecionistas. Não é isso; nós somos subdesenvolvidos, o que é outra coisa, e necessitamos muitas vezes da proteção para promover o



desenvolvimento. Naturalmente, se fôssemos desenvolvidos, não precisaríamos da proteção. Esse é outro tema que tem que ver com as empresas de capital estrangeiro.

De toda forma, é muito importante essa questão porque os países desenvolvidos hoje em dia estão procurando sair da crise econômica pelo aumento das suas exportações e usam duas estratégias: a primeira, que tem a ver com isso, mas tem a ver com a sua situação interna, é o aumento da emissão de dólares, por exemplo, nos Estados Unidos que se dá à base de 85 bilhões de dólares por mês. Isso faz com que, naturalmente, o valor do dólar se reduza nos mercados cambiais, favoreça as importações provenientes deles e dificulte as nossas exportações. E o mesmo ocorre na Europa. Essa é a primeira estratégia.

A outra são políticas específicas de promoção de exportação. Como o Embaixador Rubens sabe, o Presidente Obama declarou que pretende duplicar as suas exportações em 5 anos, mas não é só da exportação, é do superávit que ele precisa. Ele não precisa só duplicar as exportações; precisa ter o superávit para reduzir o déficit histórico, crônico dos Estados Unidos de bilhões e bilhões de dólares no seu balanço comercial.

Então, nós estamos diante de uma estratégia que levou ao que o Embaixador Rubens Barbosa mencionou: um grande déficit comercial do Brasil com os Estados Unidos e com a União Europeia, porque eles têm políticas extremamente agressivas. Naturalmente, isso eleva o déficit na conta de turismo, porque a moeda estrangeira fica muito barata, e, portanto, as viagens ao exterior se tornam extremamente numerosas e se cria um déficit extraordinário na conta de turismo.

Muito bem, isso é algo que está ocorrendo. Então, quando falamos de acordos, de comércio internacional, o interesse nacional não é só promover as exportações, é promover um superávit, porque, se só for promover as exportações, não será suficiente porque a situação hoje em dia é cada vez mais complexa, a meu juízo, na área externa — cada vez mais complexa, cada vez mais difícil.

Eu queria fazer alguns comentários também sobre questões relativas a competitividade, Custo Brasil e coisas desse tipo. Vou começar por aí e depois falar da reprimarização da economia brasileira.



Na realidade, o Brasil não exporta nada; quem exporta são as empresas. O Brasil, como entidade, a não ser nas suas empresas estatais, não exporta nem importa, a não ser quando o Estado importa. Quem exporta são as empresas. E quem são as empresas no Brasil? Bem, quem exporta no Brasil não são as pequenas e médias empresas, que, às vezes, nem têm capacidade de exportar de um Estado da União para outro. Quem exporta para o mundo são as megaempresas multinacionais que estão instaladas no Brasil. Essas empresas têm estratégias mundiais de investimento, produção, comércio exterior e as executam.

Então nós temos casos curiosos: nós temos empresas brasileiras, por exemplo... Empresa brasileira não; empresa instalada no Brasil, o que é uma coisa diferente de empresa de capital brasileiro. São empresas que dão grande contribuição, emprego, etc., mas são empresas estrangeiras que estão no Brasil, em geral de capital fechado, das quais não sabemos nem sequer o demonstrativo de ganhos; Não temos ideia do demonstrativo de lucros, porque as empresas são de capital fechado. Pois bem, essas empresas, que têm uma estratégia mundial de atuação, investem no Brasil e às vezes exportam para certos países. Por exemplo, muitas exportam para os Estados Unidos, mas não exportam para a China. Nem há como, porque elas já estão na China — já estão na China. Para dar um nome claro: a Volkswagen do Brasil já está na China, através da Volkswagen alemã. Então, pode ou não ser conveniente para a empresa fazer esse tipo de operação.

E a competitividade depende da qualidade do equipamento instalado no Brasil. É preciso levar isso em conta. A empresa é competitiva internacionalmente em grande medida pelo equipamento que ela tem, então, se aquele produto que ela fabrica no Brasil não for de última geração, aquele produto não vai ser competitivo. Não é a força humana que faz com que o produto produzido por uma determinada máquina seja competitivo ante aquele produzido por uma máquina tecnologicamente mais avançada, porque ela é tecnologicamente mais avançada, mais sofisticada. É claro, você tem o preço do trabalho, etc., mas o preço do trabalho no Brasil é muito menor do que na Alemanha, por exemplo, ou do que nos Estados Unidos. Então, não é por aí.

Nós temos um problema, que é o seguinte: como fazer com que as empresas instaladas no Brasil, nos seus planos, incluam a exportação? Porque nós temos, por



exemplo, uma empresa automobilística — vou dizer logo o nome —, a FIAT do Brasil, que exporta automóveis para a Itália, mas não exporta para outros países da Europa. Por quê? Por que não? Se é competitivo na Itália, por que esse mesmo automóvel não é competitivo em outros mercados? Gostaria que me explicassem. Porque acontece a mesma coisa com outras empresas, que exportam para os Estados Unidos, mas não exportam para a China.

Então, nós ficamos numa espécie de repetição de um mantra “*é preciso diversificar as exportações, é preciso estimular as empresas*”... Precisa-se é de disciplina. É preciso que as empresas que vêm para o Brasil, que se instalam no Brasil, naturalmente buscando o objetivo da empresa, que é um objetivo correto, o lucro... O objetivo da empresa não é fazer ação social. O objetivo da empresa é o lucro. Quanto a isso não há a menor dúvida. Nenhum conselho de administração de qualquer empresa toleraria executivos que não visassem o lucro.

Se elas vieram para o Brasil visando o lucro... E o lucro aqui é muito interessante, tanto é que o Brasil, apesar de todas as dificuldades, e horrores, etc., é um dos grandes países receptores de capital estrangeiro, de investimento direto do mundo. Então como é que se explica isso? Como que é que o País é tão ruim, tão ruim, e o capital estrangeiro se dirige para o País em tamanhas quantidades? É algo curioso, pelo menos. Pelo menos seria paradoxal, porque as grandes empresas, as megaempresas, antes de fazerem investimentos, refletem muito para saber se vão ter lucro ou prejuízo.

Então, o fato é o seguinte: elas vêm para o Brasil sem nenhum compromisso de gerar recursos, de gerar divisas — porque elas vão exportar divisas, porque vão usar o mercado interno, gerar lucros e exportar divisas —, então vêm para o Brasil sem o compromisso com a geração de exportações, vêm para o Brasil sem o compromisso com a geração de tecnologia e vêm para o Brasil sem o compromisso de usarem o equipamento mais avançado que conhecem. Porque ninguém pode me dizer que as grandes empresas que estão instaladas no Brasil não conhecem os equipamentos mais avançados no mundo. Seria uma coisa curiosa dizer “*temos aqui essa maior empresa no setor farmacêutico do mundo, e ela não conhece as técnicas mais modernas*”, técnicas, no entanto, que utiliza na sua fábrica, na Alemanha, na Itália, nos Estados Unidos, mas não aqui.



Então, é necessário, na minha opinião, até por uma questão cada vez mais urgente, engajar de fato o setor industrial brasileiro na promoção das exportações. Não é necessário engajar o setor primário brasileiro, porque ele é altamente eficiente, e altamente eficiente por causa da indústria, porque é lá que é fabricado o fertilizante, é fabricada a colheitadeira. Todos os insumos da agricultura são produzidos no setor industrial; não há nenhum insumo da agricultura produzido na agricultura. Todos os insumos são produzidos no setor industrial — exceto, naturalmente, a terra, a água e o homem.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Certamente, mas quando o senhor vê, nas fotografias da propaganda do Banco do Brasil, aquela extensão enorme com uma máquina apenas trabalhando, tem pouca gente. Tem pouca gente. Tem muita gente na agricultura familiar, certamente. Mas tem pouca gente empregada na agricultura de exportação, porque é uma agricultura de grande escala, muito mecanizada, muito sofisticada e assim por diante. Não tem nada demais. Isso é normal.

Aliás, no setor de serviços, é a mesma coisa. O que existe no setor de serviços é feito na indústria. Aquele computador ali é feito em uma indústria, não é feito no setor de serviços. É feito dentro de uma fábrica. A fábrica é que faz a máquina. Tudo é uma grande mistificação generalizada.

Mas, de toda forma, não é necessário estimular o setor agrícola, que já é altamente sofisticado — altamente sofisticado — e tem um mercado exterior de grande demanda, a começar pela China, que apresenta uma enorme demanda por produtos minerais e por produtos agrícolas.

Então, isso é preocupante porque, digamos, a mera concessão de estímulos etc. não tem resultado no aumento da exportação industrial. E a exportação industrial só pode ser feita pelas grandes empresas. Claro que há algumas grandes empresas brasileiras. Algumas. Mas o grosso da produção industrial no Brasil hoje em dia, em grande medida — é só tomar como exemplos o setor automobilístico, o setor farmacêutico, o setor de bens de consumo leves, e assim por diante — é todo estrangeiro. Não tem nada demais. É muito bom que seja estrangeiro. Mas tem um efeito sobre o balanço de pagamentos.



É preciso que essas empresas contribuam para impedir que haja uma crise grave do balanço de pagamentos em algum momento futuro, que não ocorre por causa do ingresso de capitais. Mas esse ingresso vai gerar remessas. Então é importante que haja um acerto para que isso ocorra, aliás, como ocorre na China. A China se tornou o maior exportador do mundo porque impôs uma disciplina aos investimentos que se dirigiam, e se dirigem até hoje, ao país, senão, não teria se tornado — imaginem! —, não teria se tornado, como nós não nos tornamos.

Há diversos aspectos que eu acho interessantes na exposição tanto do Embaixador Simões como do Embaixador Rubens Barbosa, mas eu queria dizer o seguinte — até porque participei do Governo do Presidente Lula durante os 8 anos do seu Governo, de modo que tenho alguma experiência: primeiro, eu acho que, de uma forma geral, houve uma grande expansão das exportações brasileiras. Isto é algo inegável. E não foi pequena essa expansão; foi muito grande;

Segundo, não acho que durante o Governo do Presidente Lula o Brasil deixou de ter liderança na América do Sul. Não acredito nisso, porque, inclusive, passou a ser hábito dos presidentes eleitos nos países vizinhos visitarem o Brasil, virem saber o que o Brasil pensava. Então, não creio que houve de nenhuma forma perda;

Terceiro, eu acho que a América do Sul, como aliás disse o Embaixador Rubens Barbosa, é o ponto central da política externa brasileira. Nisso aí não há a menor dúvida. Nunca será a Ásia, nem a África, nem a Europa, nem os Estados Unidos. Seria um equívoco se alguém pensasse isso. A América do Sul é a nossa região, é onde nós estamos.

E acho que, durante o período do Governo do Presidente Lula, inclusive pela criação do FOCEM e pelo reconhecimento das assimetrias, que antes não eram reconhecidas, por exemplo, como mencionou o Embaixador Simões, foi construída uma obra que vai transformar o Paraguai, que é a linha de transmissão entre Itaipu e Assunção. Isso é uma contribuição extraordinária para a economia de um país vizinho, mas que também afetará positivamente, como já está afetando, a economia brasileira e os investimentos brasileiros na região. Acho que, nesse período todo, os investimentos brasileiros na Argentina e em todos os países da região cresceram de uma forma muito grande.



É preciso lembrar que essa região, do ponto de vista dos dados de comércio exterior, é a região em relação à qual 90% das nossas exportações são de produtos industriais. Isso é um fato. Ela centraliza a maior parte das nossas exportações. Outro fato é que, com o a maior parte desses países, nós temos superávit: temos um grande superávit com a Venezuela, grande superávit com o Equador, grande superávit com o Peru, grande superávit com a Argentina, comércio equilibrado com o Uruguai. E é um comércio qualificado, que é extremamente útil à indústria brasileira.

A indústria brasileira às vezes, talvez não... A indústria brasileira! A indústria instalada no Brasil! Vamos deixar isso claro, porque, enquanto não percebemos que há uma diferença, nós não teremos como fazer a política de comércio exterior. Temos que entender isso. Nós estamos diante de uma economia em que há uma hegemonia do capital estrangeiro, agora inclusive no setor de serviços, pois, como os senhores sabem, se não me engano, a AMIL foi comprada por 9 bilhões de dólares. Não é pouco! Não é pouco!. E não vai gerar um dólar de exportação, porque é no setor de serviços e saúde, mas vai gerar milhões de dólares de remessa ao exterior. A mesma coisa no setor educacional, em que grandes fundos estão comprando grandes universidades no Brasil: não vão gerar um dólar de receita e vão gerar um fluxo... Aliás, como eu disse antes, é natural. Eles estão investindo no Brasil para ter lucros; não para ter prejuízos. E é ter lucro para seus acionistas, os quais estão no estrangeiro, não no Brasil. Os acionistas — vamos dar nome aos bois —, como a General Motors, a Volkswagen, etc., não estão aqui. Os acionistas que recebem os dividendos não estão no Brasil; estão lá. São eles que recebem os lucros, que são remetidos.

A mesma coisa ocorre no sistema bancário. No sistema bancário, os bancos que estão aqui não geram um dólar de receita de exportação, tanto quanto posso perceber. Por exemplo, o Banco Santander ficou livre de uma situação extremamente difícil graças a uma enorme remessa de lucros da sua filial no Brasil. Não é assim? É assim!

Então, nós temos que levar em conta que, no comércio exterior, o objetivo não é aumentar a exportação; o objetivo é aumentar a exportação e ter um



superávit, ainda que não seja extraordinário, mas que pelo menos ajude ao equilíbrio geral do balanço de pagamentos.

Enfim, há números para se discutir mas, de uma forma geral, eu acho que enquanto não compreendermos qual é a situação concreta das coisas, o problema do diagnóstico, de como funciona... Funciona assim, como disse o Embaixador Rubens Barbosa: cerca de 56% do comércio internacional é intrafirma.

Então é importante verificar quem é que vai exportar no Brasil. Quem? Quem é que exporta e quem vai exportar? É preciso saber como fazer com que essa presença cada vez maior do capital estrangeiro... E eu não estou dizendo que essa presença é negativa do ponto de vista produtivo; depende de como isso é disciplinado. Foi o capital estrangeiro, em grande medida — mas não somente; pois houve também capital estatal da China —, que transformou a economia chinesa na maior importadora e exportadora do mundo. E vai ser a maior economia do mundo. Claro que não em termos *per capita*, mas isso um fenômeno extraordinário. Como é que nós fazemos isso? Como? Como é que os Srs. Congressistas, que estão aqui, vão enfrentar essa situação? É um desafio extraordinário; não é uma coisa simples, não.

Eu queria falar dos acordos de livre comércio e tudo. Acho que essa é uma questão mais ampla, que envolve uma estratégia econômica, política, mas também acho que, certamente, a ideia de criar um bloco na América do Sul é algo importante para os interesses do Brasil, por uma questão que interessa aos senhores: hoje em dia, uma grande parte dos temas que antes eram decididos pelo Poder Legislativo no Brasil não é mais. Esses temas são decididos em negociações internacionais, em que a cada país — depende da negociação —, mas, em geral, a cada país corresponde um voto, por ser um Estado soberano. Então, ter aliança com os países da sua região, com os outros países subdesenvolvidos é extremamente importante no momento das negociações internacionais, em que se decidem muitas coisas que antes se decidiam aqui no Congresso. Não se decidem mais aqui; são objeto de negociações internacionais. Os acordos são feitos, vêm ao Congresso e, em geral, são ratificados a toque de caixa, sem maiores debates. Essa é a realidade, daí a importância de que o Congresso participe de forma presente nas negociações internacionais, porque ali estão sendo decididas normas econômicas que virão





afetar toda a sociedade brasileira. Mas isso é um episódio a mais de transferência de funções do Legislativo para o Executivo. Mas é um fenômeno importante, esse.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Ou da política para a economia. Ou do povo... Gostariam desta: do povo para a tecnocracia? A tecnocracia, às vezes, apresenta muitos aspectos: às vezes são economistas, às vezes são diplomatas, às vezes são sociólogos.

Mas esse é um problema de fato, porque cabe ao Congresso elaborar as normas que regem as atividades da sociedade brasileira: normas sociais, normas econômicas, de todo tipo. E muitas normas, hoje em dia, são decididas em negociações. Daí a importância de ter o apoio da África. Na África Subsaariana há 54 Estados, no Caribe há cerca de dez pequenos Estados, todos eles com direito a voto. Se deveriam ter, esse é um outro problema, mas é um fato objetivo. Então, uma política global é extremamente importante para o Brasil — extremamente importante. Eu acho que, do ponto de vista da questão política, nós temos ...

Eu não falei da reprimarização da economia. É uma questão gravíssima — gravíssima — a reprimarização do comércio exterior e da economia, porque, diante da competição industrial estrangeira, é extremamente difícil — a não ser para os grupos muito consolidados — realizar investimentos no setor industrial, porque a competição externa é muito aguçada, a preços muito baixos. Basta ir a São Paulo e verificar os preços de produtos importados manufaturados.

Então, há um desvio dos investimentos para a área agrícola. Há um grande volume de investimentos na área agrícola e de mineração, porque essas áreas têm um mercado garantido externo. Então, isso é um problema, porque a reprimarização da economia tem a ver com a questão do emprego industrial, porque é uma reprimarização em áreas que empregam pouco — tanto o agronegócio emprega pouco, como a mineração emprega pouco.

Então, o emprego tem que ser nas cidades; e emprego nas cidades é o emprego ou na indústria ou nos serviços; e os serviços dependem da indústria. Então, essa é uma questão complexa a longo prazo, mas que merece um estudo dos senhores para o debate desse tema.



Na questão das perspectivas políticas, eu acho que, como foi mencionado antes, nós vivemos num momento extremamente interessante na América do Sul. Este é um momento democrático. Quando comparamos com o passado de anos atrás, nós não tínhamos esse ambiente democrático em todos os países da...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Mais ou menos democrático?

**(Não identificado)** - Maduro é um semiditador...

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Não. O senhor me desculpe, Deputado. Ele foi eleito com observadores internacionais do Centro Carter, da OEA e de todos... E as eleições foram consideradas absolutamente...

**(Não identificado)** - É a minha opinião. *(Risos.)*

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Opinião o senhor tem todo o direito de ter. *(Risos.)*

**(Não identificado)** - Evo Morales é outro.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - O senhor vai desculpar, mas não é o caso.

**(Não identificado)** - Bom...

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Não, não, eu vou dizer ao senhor que não é o caso...

**(Não identificado)** - Tudo bem...

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Não é o caso, porque toda a comunidade internacional, que assistiu às eleições, que mandou observadores internacionais, não chegou a essa conclusão, não chegou a essa conclusão. Lamento que eles não tenham a mesma opinião que o senhor. Lamento muito.

**(Não identificado)** - Democracia não é só eleição...

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Ah, democracia não é só eleição? Mas começa pelas eleições, começa pelas eleições. Não havendo eleições...

De toda a forma... Desculpe eu ter... O senhor é...

**(Não identificado)** - Não, eu é que peço desculpas.



**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Não, o senhor é representante do povo, está aqui. Eu não sou representante do povo, de modo que não posso...

**(Não identificado)** - O senhor é mais importante do que eu, muito mais.  
(Risos.)

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Ah, isso não. O senhor vai me desculpar, mas todos os Deputados e todos os Senadores são mais importantes. Fique certo disso...

**(Não identificado)** - Eu só tenho mais 1 ano aqui... O senhor é permanente aí...

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - É a minha opinião. Não, não. Eu sou um mero estudioso dos temas.

De toda forma, eu acho que vivemos — na minha opinião — um ambiente de democracia, de relações, digamos, cada vez mais cordiais entre os Estados, mesmo entre, por exemplo, Colômbia e Venezuela. Graças a instrumentos criados durante o período do Presidente Lula, como mencionou o Embaixador Rubens Barbosa, como foi o caso do UNASUL, muitos desses conflitos foram superados: uma tentativa de golpe no Equador, uma situação muito grave na Bolívia e assim por diante. Esses episódios foram superados graças à ação coordenada dos Presidentes da região.

Por outro lado, o fato objetivo é que os conflitos, as disputas, as divergências entre os Estados da região passaram a ser decididos entre os estados da região, e não em organismos nos quais há presença de outras potências. Quero ser objetivo: na OEA e nas Nações Unidas. Interesses desses organismos poderiam vir a influir na decisão dessas questões. O fato é que várias questões, como a questão do golpe no Paraguai, foram resolvidas, assim por diante.

Então, eu acho que houve um progresso democrático, na região, muito grande. Para isso, a UNASUL contribui de forma muito efetiva.

Outro aspecto é que, do ponto de vista político, houve uma mudança na região, no sentido de que surgiram vários governos com projetos com certas características. Primeiro, uma preocupação social muito importante.

Nós sabemos que a América do Sul — mais a América Latina — é caracterizada por ser o continente de maior desigualdade social do mundo. Então,



surgiram vários governos na América do Sul com forte preocupação social, com forte interesse em minorar, pelo menos, essas desigualdades sociais de todo o gênero — de renda, étnica e assim por diante. Ao mesmo tempo, governos com a preocupação de recuperar a infraestrutura, com sucesso maior ou menor. Mas a preocupação, quer dizer, a ênfase em recuperar a infraestrutura é típica de vários governos da região.

Em terceiro lugar, ênfase, preocupação em recuperar a sua economia, em recuperar a capacidade de articular políticas de desenvolvimento.

Enfim, eu acho que, do ponto de vista de perspectivas políticas, há um processo de maior entendimento entre os países da América do Sul, apesar daqueles que têm diferenças de estratégia econômica em relação a certos temas, mas que, em relação a temas políticos, vieram a concordar. Por exemplo, a UNASUL votou unanimemente em relação à questão do Paraguai, do golpe no Paraguai. Votaram pela unanimidade países diferentes, digamos... O Chile, um país governado por um governo proclamadamente de direita — não sou eu que digo que é de direita, ele se proclamava de direita —, votou na questão do Paraguai com outros países de posições mais progressistas.

Eu já falei sobre acordos, não vou repetir o assunto, mas acho que nós devemos meditar muito — toda a sociedade, o Executivo, o Legislativo — sobre a realidade da economia — qual é a realidade, como tratá-la e como enfrentá-la —, porque, se nós não a enfrentarmos por antecipação, ela virá ao nosso encontro de forma muito chocante — muito chocante!

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Obrigado, Embaixador Samuel Pinheiro. Sua contribuição também foi muito importante.

Agora vamos para o debate. Temos alguns Parlamentares inscritos. O primeiro é o Deputado Henrique Fontana.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Sr. Presidente, uma contribuição para o debate. Nós poderíamos agregar de três em três para otimizar o tempo — já é meio-dia. Então, eu acho que fica melhor agregando grupos de três para os comentários dos colegas.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Vamos fazer três blocos de 15 minutos, com 5 minutos para cada um.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - O Embaixador Samuel Pinheiro tem necessidade de ordem particular, mas é rápida, volta em pouco tempo.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Posso usar a palavra, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Deputado Henrique Fontana.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Obrigado. Quero cumprimentar os dois Embaixadores — os três, na verdade — que usaram a palavra, os colegas Parlamentares.

Eu, particularmente, tive um sentimento muito positivo ao participar desta reflexão. Primeiro, eu reforço uma compreensão que tenho. Acho bom que as coisas sejam assim, porque nós continuamos vivendo a necessidade da primazia de um conjunto de ideias, de um projeto, de um conjunto de convicções que movem as decisões que a política vai adotar. Quer dizer, não há tecnocracia — para usar a dicotomia que colocou rapidamente o Embaixador Samuel — que vá resolver esses dilemas, dentre os quais um que estamos debatendo aqui, de alta complexidade, que é a maneira como se movem as nações, como se movem os capitais que fazem parte do processo de desenvolvimento e como se move o mundo do trabalho em torno disso. Porque uma coisa que eu carrego comigo... E nós ouvimos um conjunto enorme de argumentos a favor de um tema que diz: *“precisamos liberar o fluxo de mercados”*. Mas, em geral, quem propõe isso não propõe como ideia de equilíbrio — e também isso é natural e tem de ser compreendido por nós. Quem propõe isso faz com a ideia de que a liberalização beneficiará e será do interesse do local onde está estabelecido mais centralmente um bom grupo de investidores, uma empresa ou uma nação.

E o poder das nações continua sendo fundamental, quer dizer, a disputa por mercados, a disputa pelo local onde se instalam as empresas que, evidentemente, não têm bandeira nacional — instalam-se a partir de uma visão de negócio que possuem — continua se realizando entre nações.



Na minha visão, um dos grandes ativos de qualquer nação é o mercado que essa nação gera. Então, nos deslocamentos que as empresas fazem hoje, se uma nação consegue regular bem e exigir, a partir do mercado que ela tem a oferecer para o mundo dos negócios, que haja um processo, por exemplo, de nacionalização, de internacionalização de tecnologia, etc...

Então, na minha visão, o jogo continuará sendo sempre o jogo de proteção das nações. E as nações que têm baixo mercado de consumo têm cada vez menos capacidade de se industrializar. Pode entrar o Governo que quiser, com a vontade que quiser, mas, se não houver necessidade de os capitais mais fortes se instalarem ali para comercializarem seus produtos para a aquela nação — salvo algumas áreas industriais de energia muito intensiva, que geram um problema ambiental e etc., porque essas, às vezes, se deslocam por conta de outras forças, não só pelo tema do consumo —, isso vai ocorrer.

Existe outra questão. Estou falando do MERCOSUL. Tenho a avaliação de que seria positivo se o Brasil conseguisse fazer um pacto entre as diferentes forças políticas que disputam o poder político no Brasil, porque o MERCOSUL é importantíssimo para nós. Parece que esse consenso ocorreu na Mesa, mas eu proponho que ele vá além.

Digo ao Embaixador Rubens Barbosa que não basta um MERCOSUL só de mercado, de compra e venda de produtos, porque os grandes blocos internacionais não se movem só com essa lógica. E, se o MERCOSUL tem de ser fortalecido porque a economia brasileira crescerá e o povo brasileiro vai viver melhor, ele tem de ser fortalecido na sua plenitude. Eu sugiro — e é minha visão política, com a qual eu trabalho — que não se procurem separar os interesses comerciais da composição de um bloco que tem um papel político na geopolítica mundial.

E não se exerce liderança — e esta frase também foi colocada pelo Embaixador Rubens Barbosa — comercial inclusive sem liderança política. E, para ter liderança política, um país poderoso como o Brasil, dentro da América do Sul, por mais que eventualmente nos incomodem algumas mediações que temos de fazer em dados momentos, algumas provocações fugazes de um interesse comercial aqui ou acolá, deve permanecer na linha que, no meu ponto de vista, está nos últimos anos, procurando exercer esse papel de liderança dentro do MERCOSUL, mesmo



que isso nos traga alguns momentos de — aspas — “prejuízo circunstancial”. Porque, ou eu olho uma linha de tempo longa ou eu olho a linha de tempo imediata. Isso vale para qualquer relação, muito mais, no meu ponto de vista, nessa relação.

Outro tema, pois nós temos de fazer escolhas — e já estou passando do meu tempo. Teria vontade depois de ouvir essas falas todas muito densas, que, aliás, me fazem voltar a um sentimento que eu já tenho, da importância da política, pois falas tão diferentes, todas elas com consistência, mostram a importância do embate democrático para que o povo escolha o rumo que ele quer dar aos governos nacionais e à relação que se vai estabelecer a partir dele.

Mas outro tema incontornável para fazermos este debate é que o processo da economia, talvez nos últimos 20 anos, especialmente, teve um componente de liberalização fortíssimo. E esse componente de liberalização fortíssimo gerou assimetrias ainda mais fortes e concentrou muito capital. Estou falando das coisas como são e não das ideias que eu tenho e de como eu gostaria que o mundo fosse, Eu gostaria de um mundo muito mais igual, mas a concentração de capitais foi extremamente desigual. E, portanto, aqueles que detêm esses capitais...

Vou dar um exemplo de uma indústria que conheço muito bem no Estado do Rio Grande do Sul. A indústria de colheitadeiras e implementos agrícolas tinha toda a tecnologia, porque o nosso País é um celeiro agrícola mundial... Nós tínhamos e temos tecnologia nacional de primeira linha. E a concentração de capitais na mão de grandes investidores fez com que aqueles que empreenderam e iniciaram essas indústrias vendessem todas elas. Por quê? Porque, no capitalismo real, aquele empreendedor inicial, a Família Logemann, para dar um exemplo — vamos homenageá-la aqui —, lá do interior do Rio Grande do Sul, fez cálculos financeiros: *“Vendendo isso aqui tudo, terei muito mais dinheiro, a indústria vai ser tocada; é propriedade de fundos de investimento e seguirá produzindo suas máquinas.”* E esta lógica, portanto, que a financeirização da economia global gerou, foi terminando. Eu teria outros exemplos a dar, mas ela foi terminando com a lógica.

Então, sou muito da linha de raciocínio do Embaixador Samuel, de que as indústrias estão localizadas em alguns lugares; elas não são a indústria brasileira, a indústria argentina, a indústria alemã, a indústria não sei das quantas, não. E o



próprio uso de tecnologia que elas fazem é seletivo conforme o interesse comercial que ela tenha de utilizar.

Então, vindo para o tema, porque o assunto é tão apaixonante; vindo e concluindo a minha fala no tema que está proposto para nós, as dificuldades que o MERCOSUL enfrenta, do meu ponto de vista, não são dificuldades por erros da política externa brasileira. A política externa brasileira, é evidente, tem erros também, toda política tem erros e acertos, não é perfeita. Mas, na minha avaliação, tem muito mais acertos ao longo desses últimos anos. Tanto é que o Brasil se torna um País cada vez mais desenvolvido, o bem-estar de sua população aumenta, o Brasil ganha mercados, o Brasil tem um nível de empregos invejável dentro da circunstância que vivemos, e a relação que temos com o MERCOSUL faz parte disso.

Lógico que, quando falo disso com a indústria calçadista gaúcha, com a qual tenho relação, ela tem queixas duríssimas quanto à forma como a Argentina está agindo, trancando exportações em portos, etc. Eu vou concluir, Sr. Presidente. Mas só que isso ocorre com quase todos os países do mundo. Os Estados Unidos agem em diferentes circunstâncias no comércio bilateral com o Brasil dessa mesma forma. Talvez mais sofisticada a forma de agir, e não aparece de maneira tão ostensiva como a postura do governo argentino.

Então, para vencer esses obstáculos, eu não sou partidário de simplificações que sejam arroubos conflitivos com vizinhos próximos. Eu acho que deve haver muita diplomacia e muito realismo dentro daquilo que o mercado e as circunstâncias nos colocam.

**O SENHOR PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ilustres Ministros, sempre Ministro Rubens Barbosa, Samuel e o nosso Simões, que estava aqui anteriormente, três ilustres membros do nosso Itamaraty, que, com suas posições, embora nem sempre convergentes, mas que sempre honram o nosso Itamaraty e o Governo brasileiro.

Eu tenho um pensamento que sempre gosto de externar sobre o Brasil na América Latina, nas Américas e no mundo. Sem dúvida alguma, os idealizadores do





MERCOSUL tinham razão na integração que passou a ser efetivada, uma experiência em que nós, do Brasil, o maior país da região, acabamos tendo mais que ceder do que receber. Cedemos muito nesse MERCOSUL.

Tanto que o meu partido, PSDB, me designou recentemente, pois voltei do Governo do Paraná, do qual fiz parte durante 33 meses, para participar do PARLASUL, do MERCOSUL. Há 2 anos que não se reúnem os Parlamentares, nem a experiência embrionária de se constituir um Parlamento na região prosperou.

As relações comerciais e outras relações são sempre muito sofridas, ora há componente de chantagem, ora há componente político. E a minha avaliação como economista — eu que falo e gosto de expressar o que penso — é que as economias da região são muito pequenas para a grandiosidade e o interesse do País. Então, estar submetido a qualquer tratado bilateral no mundo, a um ajuntamento multilateral que impede o país ter desenvoltura econômica mundial, é preferível fazer uma cirurgia, não cabe mais tratamento só com medicamentos.

Os Estados Unidos têm 70% do PIB das Américas; acabei de tirar aqui, dados de 2008 — há dados mais atualizados, mas é o que eu consegui pegar aqui agora, no Wikipédia — e 18% do mundo. O Brasil tem 12,3% das Américas, 3,18% do mundo e 75% do MERCOSUL. Diante desses percentuais, esquecendo-se os números dos PIBs e seus percentuais, o Brasil e os Estados Unidos somariam 82% do PIB das Américas. Se se colocar o Canadá, que é uma economia grande, e também o México, da América como um todo, com seus 35 países, apenas 4 países têm a maioria, a maior proporção do PIB da região.

Economicamente, se a China, que é comunista, tem tratado bilateral com os Estados Unidos, tem um nível elevado de comércio com os Estados Unidos, por que o Brasil, que é vizinho, que já teve melhor desempenho com eles no passado... E agora, recentemente, foram divulgados alguns dados das relações com os Estados Unidos que mostram que os valores agregados são maiores para a nossa balança, são muito favoráveis, principalmente em serviços.

Então, é preciso que o Brasil comece a pensar, suprapartidariamente, em ter liberdade de comercialização. Não dá para ficar amarrado a uma região na qual a nossa economia, que é muito maior, mais dinâmica e mais moderna, em que pesem todos os equívocos e erros econômicos: sistema tributário iníquo, injusto e caótico,



infraestrutura caótica, portos, aeroportos, rodovias, sistema trabalhista, estrutura trabalhista terrível, previdenciária, falta de qualificação de mão de obra, etc... Temos uma economia muito mais dinâmica do que a dos outros países. Então, a minha colocação é seguinte: temos de nos libertar dessas amarras o quanto antes, o que não significa rompimento com o MERCOSUL, porém, uma estratégia na qual se mantenha o comércio, mas que se possam fazer acordos bilaterais.

O Deputado americano Devin Nunes, da Califórnia, disse aqui, na semana passada, defende que o Brasil deva ter o mesmo nível de relação comercial que têm os Estados Unidos com a China. Então, ideologicamente, não haveria nenhum problema com o atual Governo, porque o paradigma de referência é a China. Então, nós deveríamos, não só com a China, com a União Europeia ou, bilateralmente, com qualquer país mais desenvolvido, tentar tirar mais proveito dessa relação comercial mundial. O mercado é disputadíssimo; cada milímetro, cada espaço que há no mundo a China ocupa. A Coreia, os países do sudeste asiático estão sendo muito mais ágeis, às vezes, do que nós. Hoje estamos ainda comprando espelinhos, em analogia com os índios, e vendendo nossas riquezas *in natura*. Há que se fazer alguma mudança.

Espero que, com toda a situação que vive hoje o Governo, possamos fazer uma reflexão maior, conjunta, para o nosso País, não só nas relações internacionais aqui para dentro. Não dá para tocar o País do jeito que está. Não vai haver nenhuma melhoria, nenhum avanço, a não ser esse que nós já tivemos. Isso nós já colhemos, isso já faz parte das conquistas da população brasileira.

Então, meu caro Presidente, esta audiência pública extrapola alguns limites, leva-nos a uma reflexão: o que estamos fazendo, o que nos impede de avançar mais? Vejo aqui as correntes do Itamaraty, que refletem muito bem o pensamento do Brasil, em suas várias versões — e é muito bom, é muito salutar que tenhamos todos esses pensamentos e toda essa discussão para podermos avançar. O importante é que temos de ter um objetivo comum, que é fazer o nosso País crescer e prosperar. E, se nós crescermos e prosperarmos, vamos poder ajudar mais nossos vizinhos, sem dúvida alguma, com muitos programas. Temos muito que ajudar — e já estamos ajudando —, mas poderíamos intensificar muito mais essa ajuda.

Então, são essas as considerações.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Muito obrigado, Deputado Luiz Carlos Hauly. O próximo é o Deputado Mendonça Filho.

**O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO** - Sr. Presidente, quero saudar V.Exa. primeiro e saudar também os palestrantes. Infelizmente, só tive oportunidade de assistir às palestras do Embaixador Rubens Barbosa e do Embaixador Samuel Guimarães, pois eu tinha compromisso em outra Comissão e não pude estar aqui no início da sessão. Mas acho importante o debate, a discussão.

Com todo respeito ao Embaixador Samuel Guimarães e ao seu ponto de vista, vamos dizer assim, a minha visão da política externa do Brasil vai mais à linha da abordagem feita pelo Embaixador Rubens Barbosa. Para mim estão muito claros os erros e os equívocos não só em relação à América do Sul, mas também em relação ao mundo como um todo. Acho que o Brasil erra bastante nesse campo. Diria até, dentro da minha franqueza habitual, pois sou um político que usa a palavra para expressar o pensamento e não para escondê-lo, que um dos maiores erros do Governo petista tem se dado na área da política externa. O Brasil tem cometido erros muito importantes nessa área. A meu ver, há um componente ideológico muito forte na política externa Brasil. É evidente que cada governo tem a sua linha política, mas a política externa de um país tem que ser uma política de Estado, ela não pode estar enviesada com a visão ideológica, como, infelizmente, ocorre na gestão do Partido dos Trabalhadores ao longo dos dois mandatos do Presidente Lula e do mandato da Presidente Dilma. Eu diria até que houve certa atenuação da vertente mais ideológica nos últimos anos, já no Governo da Presidente Dilma, mas, mesmo assim, ainda acredito que há de se verificar e se aprender com exemplos práticos no mundo.

A China é uma ditadura, do ponto de vista de organização política, mas é um país que tem uma política externa absolutamente e totalmente pragmática. Ela ocupa muito bem o espaço internacional, faz valer os seus interesses econômicos de forma muito importante e é muito confiável, inclusive para as nações capitalistas do mundo, como os Estados Unidos e a Alemanha, entre outras. A meu ver, não obstante compreender as alegações do Embaixador Samuel com relação à questão da base industrial das empresas num País como o Brasil, não é isso que ocorre. O Brasil evidentemente vai ser sempre uma nação estrategicamente relevante, porque



tem um mercado consumidor muito importante, é uma nação num estágio de desenvolvimento razoável e tem um mercado consumidor que é atrativo por si só.

Agora, eu acho que o Brasil precisaria almejar um pouco mais. E o pouco mais, ou o bastante mais, seria se transformar numa base exportadora, numa base de presença externa, inclusive de empresas transnacionais, porque, para que isso aconteça, evidentemente, há de se ter segurança jurídica, confiabilidade, uma política econômica que seja estável. Infelizmente, a gente tem alguns arroubos momentâneos de situações que expressam uma insegurança brutal na condução econômica do País. Eu trago o exemplo, e dizia há pouco, aqui, um colega meu, Deputado da patriotada da Presidente Dilma, com relação à questão dos *datacenters*: “*O que isso vai resolver, do ponto de vista prático, do ponto de vista de segurança dos dados no Brasil?*” Coisa alguma! No entanto, vai encarecer a Internet no Brasil. Então, de repente, por uma questão exclusivamente ideológica, ou político-eleitoral, muda-se a base da realidade institucional que afeta empresas num setor de alta tecnologia, por conta tão somente de uma expressão de vontade política eleitoral.

Com relação ao MERCOSUL, o Brasil também erra, erra demasiadamente, é muito passivo diante de todos os parceiros do MERCOSUL. A Argentina faz o que quer, e o Brasil aceita de forma muito passiva. A atitude do Brasil com relação ao Paraguai foi, sinceramente, ridícula. O Paraguai invocou a cláusula democrática, que não foi respeitada. Eu discordo, totalmente, com relação à apreciação de que a Venezuela é uma democracia. É uma democracia coisa alguma! Um homem que quer governar por decreto está no limiar de uma ditadura; que impede a imprensa de funcionar — que é um dos alicerces da democracia —, que espécie de democracia é essa?

Então, é evidente que cada país é senhor do seu destino a partir dos seus cidadãos. Agora, o Brasil, infelizmente, termina caminhando numa direção que traz um prejuízo muito grande. O que houve do ponto de vista de crescimento econômico durante a gestão do Partido dos Trabalhadores sempre foi mérito do Partido dos Trabalhadores, do Governo petista. Só que você tinha uma conjuntura externa absolutamente favorável, a mais favorável dos últimos 50 anos, do ponto de vista de valorização de produtos primários amplamente produzidos pelo Brasil: minerais e



agropecuários. Quando o mundo sofre uma mudança radical e substancial nessa conjuntura, com uma diminuição razoável do poder de compra dessas *commodities*, evidentemente que o Brasil entra numa situação crítica. E ainda não piorou a situação, porque o mundo está vivendo os estímulos econômicos proporcionados pela economia norte-americana. Mas quando esses estímulos forem retirados, evidentemente que isso vai afetar, mais uma vez, negativamente, a economia brasileira.

Então, a gente pratica uma política fiscal que quer ser dura, mas, ao mesmo tempo, não se tem convicção dela, do ponto de vista de equilíbrio; a gente tem uma contabilidade criativa; a gente não tem uma política que ofereça, verdadeiramente, segurança a um investidor externo. Quem investe no Brasil, investe porque é um mercado atrativo e uma nação considerável. Institucionalmente, a gente está há anos luz de países como Bolívia e Venezuela, mas a gente está, também, a anos-luz de países como o Japão, como a Alemanha, como a França, como a Inglaterra, como os Estados Unidos, do ponto de vista de estabilidade institucional, e isso afeta o investimento.

Então, eu quero, aqui, concluir a minha colocação, dizendo que lamento muito a perda de espaço, o terreno que a gente percorreu nesses últimos anos, que, para mim, foi, realmente, um grande erro, e tem sido um grande erro, e que o Brasil, infelizmente, vai pagar muito caro por isso. Uma nação dessa dimensão, com essa riqueza, deveria estar almejando outra posição no cenário internacional, e não a posição que tem hoje. Infelizmente, essa é a realidade, muito distante daquilo que seria desejável em termos de presença externa e também do ponto do vista de presença econômica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Eu vou fazer uma sugestão: como só temos dois Parlamentares inscritos, o Deputado Emanuel Fernandes e o Deputado Eduardo Azeredo, vou fazer um bloco único, e, depois, nós passaremos para as considerações finais dos convidados.

Deputado Emanuel, por favor.

**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - Presidente, inicialmente, eu gostaria de parabenizar V.Exa., porque esse tipo de discussão, na nossa parte de



relações exteriores, nós precisamos ter aqui, e não somente ficar discutindo caso a caso. Portanto, gostaria de dar os parabéns a V.Exa. e aos expositores.

Eu gostaria de dar uma visão geral, na minha opinião, do que está acontecendo e, depois, o comentário particular sobre a nossa política.

Na minha opinião, o Brasil mudou para as cidades, nós estamos terminando um processo de migração forte, ao longo dos últimos 40, 50 anos, e, ao mesmo tempo, estamos tendo que mudar para o mundo. Ou seja, a gente mudou para as cidades, mas está tendo que, ao mesmo tempo, mudar para o mundo. A China também está mudando; mais de 50% da sua população já é urbana. E depois explicar, um pouco, o relativo “sucesso”, entre aspas, da nossa geração de divisas. Os dados que eu tenho é de que 15 milhões de chineses, a cada ano, vão para as cidades, eles insistem em continuar comendo e construindo suas casas, e nós temos, então, um mercado. Portanto, é uma coisa inercial, e, na minha opinião, não tem nada a ver com as tais políticas públicas que o Brasil tem feito.

Outra coisa que, na minha opinião, é derivada dessa mudança demográfica é o que o Embaixador Samuel colocou: que o Brasil e a região estão se desenvolvendo. Na verdade, nós estamos aproveitando o que os outros países, que já são urbanos, aproveitaram: o bônus demográfico, que é a época em que existe a melhor relação de produção *versus* dependência.

Portanto, nós estamos num ponto ótimo, é só ver os dados do Censo — a antiga pirâmide etária do Brasil — que dá para perceber que os ganhos ... Ainda não vi nenhum estudo sério sobre o ganho econômico que a diminuição da natalidade propicia. E o segundo, e, na minha opinião, mais importante fator, é que a população brasileira, nos últimos 20, 25 anos, vem melhorando o IDH e as condições de vida, porque nós terminamos as migrações, portanto, o transporte fica mais barato, a distribuição de riqueza fica mais fácil. Embora o Brasil seja mal urbanizado, é um País urbano — queiramos ou não, nós precisamos eliminar as favelas, mas, é um País urbano.

Em paralelo, nós tivemos um grande desenvolvimento, que foi o da nossa agropecuária. Além da industrialização da nossa agropecuária, nós tivemos, também, o desenvolvimento da EMBRAPA, que propiciou a gente dar essa arrancada.



Ou seja, nós estamos crescendo, a América Latina está melhorando suas condições de vida muito mais por fatores inerciais, e, na minha opinião, não tem nada a ver com as tais políticas públicas. Eu acho que o que acontece é que nós estamos pegando o exato momento. E aí, na minha opinião, está o perigo. Nós mudamos para as cidades, não estamos aproveitando o bônus demográfico da maneira correta — como diz o ex-Ministro Delfim Netto, nós estamos ficando velhos e não vamos ficar ricos —, nós não estamos aproveitando esse momento, e, como nós estamos mudando para o mundo, na minha opinião, nós vamos ser, durante um certo tempo, a fazenda do mundo.

O Embaixador Samuel diz que é a reprimarização da economia; eu acho que isso, na verdade, é um fato. Eu não sei por que o Embaixador Rubens Barbosa não citou um dado da FIESP, divulgado em agosto, de que em 2004, no Brasil, a indústria correspondia a 19% do PIB, e, agora, em agosto, era de 13%. É uma coisa que vai cair naturalmente, mas, para um País de renda média de 10 mil dólares por ano, nós deveríamos estar num nível muito mais alto, e me preocupa a desindustrialização do Brasil. E eu acho que o Brasil tem feito, como já foi dito aqui, políticas erradas, do ponto de vista das relações exteriores.

Eu peguei os dados do último relatório do Fórum Econômico Mundial, divulgado em outubro, se eu não me engano, em que o Brasil caiu seis ou sete posições no Índice de Competitividade Global. São 144 países analisados, e no Brasil essa análise é feita pela Fundação Dom Cabral, portanto, não tem nada a ver com o Governo, nem com a Oposição. O dado mais preocupante desse relatório — fora as nossas deficiências grandes, que a gente já sabe que são a educação, a burocracia, etc. — é que nós somos o 143º e o 144º, infelizmente eu não sei qual dos dois, em importação e exportação, não sei se é nessa ordem, ou seja, nós somos o penúltimo e o último como comércio exterior, como percentagem do PIB. Ou seja, o Brasil não está se inserindo no mundo, a não ser fornecendo *commodities*, fruto de migrações que estão acontecendo no mundo. O preço das *commodities* melhorou exatamente porque aumentou o consumo e diminuiu a produção na China e em vários países que estão se urbanizando.

Portanto, nós estamos passivamente sendo integrados nessa nova coisa mundial, que é o... Aqui foi dito alguma coisa, não me lembro de quais são os



termos, mas eu diria que é o produtor que está se tornando consumidor. O consumidor é mundial, ele insiste em não ser patriota, e ninguém nasce produtor, as pessoas nascem consumidoras. Isso faz com que as pessoas queiram consumir produtos mais baratos. A melhor coisa do mundo é você partilhar a produtividade dos outros. E o Brasil precisa ter produtividade se quiser, no outro lado das relações de produção, produzir mais coisas para o mundo, porque senão nós vamos reprimarizar a economia, estamos reprimarizando a economia, e este é o grande problema.

Eu venho de uma cidade pequena do interior, fui para São José dos Campos, e peguei a geração dos meus avós, que estenderam a fronteira agrícola — não tinha SUS, não tinha escola, não tinha nada —, desbravaram o sertão e construíram essa bela coisa; e a nossa geração está destruindo o que foi feito por duas ou três gerações atrás. Eu tenho um sentimento muito forte de que nós — e eu não falo só do atual Governo —, estamos estragando uma coisa que os nossos avós deixaram, que é o espírito empreendedor, é a vontade de construir um grande País, que nós estamos deixando de lado, na minha opinião, em boa parte fruto de uma cegueira ideológica, ou de uma coisa ideológica.

Então, eu acho que o nosso País precisa ser um pouco mais agressivo na sua inserção com relação ao mundo. Como eu disse, eu sou de São José dos Campos, existe o exemplo claro de inserção do Brasil na economia mundial, que é a EMBRAER.

A EMBRAER procura parceiros, constrói avião com os Estados Unidos, com a Europa, com a China. Ela está se inserindo nessa grande cadeia mundial, mas, nas outras coisas, não estamos, e não estamos aproveitando, com a devida importância, o nosso grande mercado consumidor. A gente entra com bastante vantagem nessa balança, mas a gente não explora direito essas vantagens do nosso grande mercado consumidor. A gente está sendo passivamente integrado no mundo. Temo que daqui a 60, 100 anos, quando o mundo for uma grande fábrica, um grande produtor mundial de produtos e serviços, o Brasil seja um Brasil menor do que foi o Brasil dos nossos avós.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Deputado Eduardo Azeredo.





**O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO** - Sr. Presidente, Srs. Embaixadores Rubens Barbosa e Samuel Guimarães, prezados colegas, eu também, assim como o Mendonça, não pude assistir tudo, tive que ir a Belo Horizonte, ontem ainda. Recebi uma homenagem do Corpo Consular por atender esse assunto de relações internacionais, e voltei agora. Mas queria ser bem rápido aqui. A questão é a seguinte: o MERCOSUL é uma ideia válida. Ela começou com Sarney, e depois, em 1994, eu participei, em Ouro Preto, como Governador eleito. Pegamos as assinaturas todas lá. Isso passou pelo Governo Fernando Henrique, veio com o Governo Lula, e o Governo Dilma. Então, não se questiona aqui se o MERCOSUL tenha sido uma má ideia. Não. Foi uma ideia interessante a de se criar um mercado comum, de se fortalecer os países. Mas o que acontece agora? Ficamos presos ao MERCOSUL. Estamos, talvez, numa armadilha.

Então, a discussão não é acabar com o MERCOSUL, é buscar alternativas. O que podemos fazer? Como podemos avançar num acordo de livre comércio com a União Europeia, tendo que, primeiro, acordar com a Venezuela, com a nossa posição? Será que os europeus vão concordar com nossas posições conjuntas e vão querer ter um acordo com a Venezuela, que está nessa linha de não respeitar mais nada — fecha as lojas de eletrodomésticos, prende comerciantes —, quer dizer, uma coisa do passado, e que agora governa por decreto?

Vi que o Embaixador Samuel balançou a cabeça, até onde eu sei é assim, mas vamos ver a resposta. Até onde eu sei, tem que ter um acordo entre os cinco para poder fazer acordo, e ainda tem a Bolívia pela frente.

Então, estamos eminentemente tendo um acordo dos Estados Unidos com a União Europeia quase fechado, e há um acordo do MERCOSUL com a União Europeia muito longe de ser realizado. A ALCA foi demonizada, o Presidente da CNI, Robson Andrade, que é muito próximo do Ministro Pimentel, pediu a reabertura do processo da ALCA. Ele está pedindo a reabertura do processo da ALCA. Nós vamos ter um triângulo. Quer dizer, Estados Unidos e Europa se entendem, Estados Unidos se entendem com o Pacífico. E nós não conseguimos nos entender com a Europa e nem com os Estados Unidos.

Então, esse é o ponto que eu gostaria de saber. Que alternativa nós temos? Eu já vi a discussão com os Deputados uruguaios, quando o Palácio, quando o



Palácio não funcionava, e lembraram muito bem aqui que há 2 anos não funciona. Os Deputados uruguaiois estão querendo fazer algumas exceções a essas regras, que pudessem ter algumas brechas individuais. Então, esse é o ponto básico que eu queria ver. Acho que realmente é muito importante o debate, Presidente Nelson Pellegrino, porque é uma realidade que está aí. Na semana passada, nós tivemos aqui o Dr. Daniel Godinho e também o Ministro, que foi à FIESP, na semana passada também, o Ministro Antônio, e os dois colocaram os dados. Os dados são positivos, não há dúvida. Mas são esses dados mesmos ou são dados questionáveis e quais alternativas nós temos?

Era isso que eu queria colocar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Com a palavra o Embaixador Barbosa, para suas considerações finais, respondendo as indagações.

**O SR. RUBENS ANTONIO BARBOSA** - Vou tentar responder e vou começar dizendo que eu, há 9 anos, já sou Presidente do Conselho de Comércio Exterior da FIESP. Não tenho nada a ver com o Itamaraty. E muitas das observações que faço aqui refletem um pouco as dificuldades que vejo diariamente na FIESP por parte da empresa. Então, não estou falando teoricamente, estou falando com base na experiência diária do meu contato com os empresários nessa área de comércio exterior. Então, as minhas observações são mais voltadas para o interesse brasileiro, do ponto de vista do setor privado brasileiro nessas negociações todas.

Eu vou começar mencionando o início da apresentação do Embaixador Samuel, que eu acho que foi muito oportuno, porque ele complementa o quadro que nós estamos vivendo, que estamos discutindo aqui. Eu pensei que ele fosse entrar por um outro lado, que eu enfatizei e vou enfatizar novamente aqui, que foi pouco discutido. Esses problemas todos que estamos vivendo na área externa são consequências da perda da competitividade. Isso aí é uma coisa importante para os senhores terem consciência. Quer dizer, o Brasil não vai crescer, o Brasil não vai se desenvolver nessa área externa se não recuperarmos a competitividade. O Samuel mencionou a reprimarização. Uma das consequências é a reprimarização.

Então, essa questão da competitividade é fundamental quando analisamos a parte externa. Por quê? Porque não podemos entrar em nenhum acordo internacional, por falta de competitividade. O Embaixador Samuel mencionou muito



o objetivo de expansão da exportação e geração de superávit. Foi bom mencionar isso, porque isso reforça o que acabei de dizer na minha apresentação. Hoje nós estamos com um superávit zero na balança comercial. Quer dizer, a política de comércio exterior brasileira, a política externa de apoio ao comércio exterior brasileiro resultou nisso: déficit com os Estados Unidos, déficit com a União Europeia, zero ou pouco acima ou pouco abaixo na balança comercial brasileira.

Então, essa expansão a que o Samuel está se referindo da exportação hoje é um problema, porque a exportação está caindo, e está caindo, na minha visão, por vários fatores, o principal fator é a perda da competitividade. Na minha visão, esse isolamento do Brasil no mundo, a falta de negociação de acordos fazem parte do contexto, mas a causa principal é a perda da competitividade.

Em relação aos investimentos que ele mencionou também, a lógica do investimento exterior brasileiro — que chegou a 70 bilhões no ano passado, este ano deve cair um pouco —, a lógica é o mercado interno, porque, pela perda da competitividade, e ele mencionou corretamente a questão da AMIL e da educação, se os senhores forem fazer um levantamento dos investimentos brasileiros nos últimos anos, os senhores vão ver que o investimento estrangeiro foi feito para atender o mercado interno. Todas as companhias que foram compradas no exterior são voltadas para o mercado interno, não há um investimento estrangeiro aqui no Brasil que diga respeito à exportação.

E, falando de empresas brasileiras, o Deputado mencionou as empresas de colheitadeiras. Eu vou trazer, e eu lamento que ele não esteja aí, um exemplo do Rio Grande do Sul também, o Estado dele. A Marcopolo, que é a líder mundial de fabricação de ônibus, hoje, por causa da perda da competitividade, está produzindo 44 mil ônibus dos quais 22 no exterior. Eles têm seis plantas na China, na Índia, no México, na Colômbia, não sei mais onde, gerando emprego. Eles estão deixando de produzir aqui no Brasil empregos para seis plantas que são hoje criadas no exterior. No começo, eles exportavam, era investimento brasileiro, não era empresa estrangeira, empresa brasileira que exportava para o exterior (*ininteligível*), para montar lá fora. Hoje, depois de 6, 7 anos, por causa do problema da competitividade, eles não estão exportando um parafuso de automóvel. Essa é a exportação que nós não estamos fazendo.



Então, a lógica do sistema é essa. Quer dizer, como não tem competitividade, por que eu vou investir para exportar? Não vou, vou investir para fornecer para o mercado interno. E isso isola cada vez mais o País. Em relação ao mercado interno, um dado da FIESP: há 10, 11, 15 anos, de todo o consumo interno brasileiro industrial, a indústria brasileira ou, como disse o Samuel, a indústria baseada no Brasil fornecia 85%; hoje, em 2013, esse dado é 65%. Então, a indústria brasileira perdeu 20 pontos percentuais.

Em termos de PIB a situação é mais grave, Deputado. Há 20, 25 anos, a indústria representava 25% do PIB brasileiro, hoje representa 11%, com a tendência de cair para 9%. É a chamada desindustrialização. Então, em termos de PIB, em termos de mercado interno, a indústria está perdendo por causa da perda de competitividade. É o Custo Brasil, a gente não vai entrar nisso aqui. Esse aspecto que o Samuel mencionou é muito importante. Por quê? Porque, no ano passado, nós tivemos superávit de 19 bilhões de dólares. Se os senhores forem examinar as estatísticas de exportação, a exportação está crescendo, mas a taxa de crescimento está cada vez menor por causa da perda de competitividade. Neste ano, nós vamos exportar menos do que no ano passado em termos de crescimento, e a balança do comércio vai ser zero. Um dado que pouca gente tem no Brasil, não se dão conta disso, é que, se os senhores considerarem a balança de comércio industrial — a balança de comércio geral, nós vamos ter zero, um pouquinho mais ou menos no final do ano —, a balança comercial industrial, o que a gente importa e exporta no comércio exterior industrial, este ano, pelos dados que nós temos na FIESP, significa 102 bilhões de dólares de déficit. A política nossa gerou isso. Este é o problema.

**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - O PIB industrial é quanto?

**O SR. RUBENS ANTONIO BARBOSA** - Como?

**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - É 11%. É 440 bilhões de dólares.

**O SR. RUBENS ANTONIO BARBOSA** - O PIB industrial é cerca de 11%.

**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - São 25% de déficit.

**O SR. RUBENS ANTONIO BARBOSA** - Eram...



**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - É de 440 bilhões de dólares o PIB industrial, 102...

**O SR. RUBENS ANTONIO BARBOSA** - Está certo. Cento e dois bilhões de dólares vai ser o déficit da balança comercial industrial brasileira, que é compensada pela exportação, que é de 100 bilhões. Vai dar zero, tirando o serviço e tal, vai dar zero, porque houve um prejuízo tremendo.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. RUBENS ANTONIO BARBOSA** - É compensado pelas *commodities*. E isso do ponto de vista social é muito importante porque são empregos a menos. Com a desindustrialização sobretudo da indústria de transformação, estamos perdendo emprego no Brasil. No ano passado, nós perdemos 60 mil empregos no setor de transformação. Neste ano vai ser a mesma coisa. Então, esses dados são importantes para a gente ter... E o Samuel fez muito bem em chamar a atenção para esse aspecto macroeconômico, porque isso afeta não só o setor exportador, afeta a economia como um todo, o emprego, afeta tudo. Tudo isso porque nós não estamos fazendo... Por isso que eu disse, quando mencionei essa questão da competitividade inicialmente, que o Congresso tem um papel importante nisso. Algumas leis têm que ser aprovadas para que a gente recupere a competitividade, porque do jeito que está... Há estudos da ABIMAC e de outras entidades mostrando que o Custo Brasil representa 36% do custo final dos produtos brasileiros. Como é que o sujeito vai investir aqui para exportar? Ninguém vai investir aqui, Samuel, não há como investir. Ninguém vai botar dinheiro para não poder exportar. E nós temos que recuperar essa capacidade. Eu não sou pessimista em termos de inserção externa do Brasil no futuro, se nós conseguirmos fazer essas reformas, essas mudanças nas áreas que todos conhecemos para melhorar a competitividade, pelo número de empresas estrangeiras no Brasil, pela presença de empresas estrangeiras, vai ser muito fácil entrar nas cadeias produtivas. Se a gente tiver competitividade no câmbio e no Custo Brasil, as empresas que produzem para o mercado interno vão ter incentivo para exportar. Não há outra maneira de se ampliar a exportação industrial a não ser pela capacidade instalada no Brasil, e a capacidade instalada no Brasil permite expansão muito rápida da exportação se houver competitividade.



Duas coisas rápidas que não foram mencionadas aqui. Em primeiro lugar, essa questão da liderança do MERCOSUL, que o Deputado Fontana mencionou. No começo, o Governo Lula falava de liderança e tal. A partir da dificuldade de exercer essa liderança, o próprio Governo brasileiro mudou de tática, abandonou o MERCOSUL, que virou um fórum social, um fórum político, e bilateralizou as relações com os países da região. Esta é a realidade. A integração regional hoje fracassou, e o Governo brasileiro está tendo uma relação bilateral maior com cada um dos países. Isso é importante.

A outra coisa dentro do MERCOSUL também...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Permita-me só uma gentileza — V.Exa. está acostumado a ela como Embaixador. É que nós estamos recebendo aqui hoje, no Congresso Nacional, uma delegação da República Tcheca. Estão aqui entre nós o Senador Milan Stech, que é o Presidente do Parlamento da República Tcheca; os Senadores Miolaves, Cheolaves Kundera, Wladimir Drau, Shan Honic; o Sr. Milan Hovorka, que é o Vice-Ministro da Indústria e Comércio da República Tcheca; a Sra. Hada, Vice-Ministra do Meio Ambiente; o Sr. Jiri Drahos, Presidente da Academia de Ciências; o Sr. Jiri Harvlik, Embaixador da República Tcheca; e também o Sr. Viktor Dolista, 1º Secretário da Embaixada. (*Palmas.*)

Queria dar as boas-vindas ao Parlamento brasileiro. Desculpem-nos, porque nós estávamos com esse debate programado com muita antecedência — são dois Embaixadores brasileiros, inclusive o Embaixador Samuel Pinheiro foi Secretário-Geral do Itamaraty e o Sr. Rubens Barbosa foi nosso Embaixador nos Estados Unidos —, e nós estamos discutindo justamente o futuro da política externa brasileira, o futuro de nossa política comercial, econômica, em relação aos nossos vizinhos do continente e em relação à Comunidade Europeia. É o debate que estamos enfrentando no Parlamento brasileiro e também no Governo e que vai ser enfrentado nas eleições do ano que vem.

**A SRA. JAROSLAVA JINDROVA** (Intérprete) - Sr. Presidente, eu gostaria de traduzir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Pois não.

**A SRA. JAROSLAVA JINDROVA** (Intérprete) - (*Versão para o tcheco.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - O Deputado Cajado, em nome da nossa Comissão, fez a recepção, mas talvez não tivesse melhor lugar para recebê-los, principalmente porque são Parlamentares da delegação, do que a sala da nossa Comissão, que é a sala dos debates, onde as coisas acontecem.

Nós queríamos desejar boas-vindas à delegação tcheca, aos Senadores, ao pessoal que faz parte do Executivo. Sintam-se em casa no Parlamento brasileiro! O Brasil é um país amigo da República Tcheca. Nós gostaríamos de dar as boas-vindas. Sei que a delegação já está retornando à República Tcheca, mas os convidamos para estarem sempre no Parlamento brasileiro e podermos intensificar as relações bilaterais, não só de Estado para Estado, mas também de Parlamento para Parlamento.

**A SRA. JAROSLAVA JINDROVA** (Intérprete) - *(Versão para o tcheco.)*

**(Não identificado)** *(Exposição em tcheco. Tradução.)* - Só gostaria de agradecer por suas palavras de boas-vindas aqui na sua sessão.

Os senhores falaram sobre os assuntos das trocas comerciais e políticas para expandir indústrias. Nós temos um país que, segundo os últimos indicadores, é o país mais industrial dentro da Europa. Nós viemos acompanhados de uma grande missão empresarial. Já foram estabelecidos alguns laços amigáveis, mas também comerciais, entre as empresas brasileiras e tchecas. E nós, neste momento, temos grandes expectativas em relação à assinatura do acordo entre a União Europeia e o MERCOSUL, porque sabemos que, depois da assinatura ou celebração dessas associações, por exemplo entre Coreia do Sul e União Europeia, também o volume de negócios e a colaboração entre os dois parceiros subiram rapidamente.

Agradecemos mais uma vez o acolhimento simpático e desejamos muito boa continuação do seu trabalho. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Esse foi um presente que o Deputado trouxe do Dalai Lama. O Deputado Walter Feldman esteve lá em um encontro espiritual e trouxe um para mim e outro para o Deputado Henrique Eduardo Alves.

**O SR. RUBENS ANTONIO BARBOSA** - Eu ia completar justamente com a União Europeia, que não discutimos aqui.



Vejo também um avanço na posição do Governo brasileiro. O setor privado foi muito crítico, tem sido muito crítico em relação à estratégia de negociação e à maneira como o MERCOSUL tem negociado ou não. No caso da União Europeia, é o único acordo que o MERCOSUL está negociando. Não há nenhum outro acordo. Os outros, como o do Canadá, foram abandonados. Só há esse acordo.

E houve uma decisão que acho acertada do Governo brasileiro: agora, em dezembro, vai haver a apresentação da oferta. Houve várias reuniões nestes últimos dias para coordenar a posição entre os cinco membros do MERCOSUL, e ficou claro o seguinte — este é o resumo do que está hoje na mesa: a União Europeia só vai negociar com o MERCOSUL, não vai negociar com países individuais; segundo, a coordenação que foi feita entre os países membros mostrou que a Venezuela vai ficar fora da negociação, e os europeus aceitaram. O Brasil, o Uruguai e o Paraguai vão apresentar uma proposta que se aproxima do que foi combinado entre os dois lados, de cerca de 90% do valor do comércio entre o MERCOSUL e a União Europeia. A Argentina continua com dúvidas existenciais se vai ou não participar, não vai apresentar propostas de serviço, de compras governamentais, de investimentos, e não sabe qual é o nível de porcentagem que vai apresentar quanto à lista de produtos a serem negociados.

A decisão do Governo brasileiro, que foi insistentemente reivindicada pelo setor privado brasileiro, era de que o Brasil, como foi dito aqui, não ficasse preso ou refém do MERCOSUL nessas negociações. E agora acho que, acertadamente, foi tomada a decisão pelo Governo de avançar com quem quiser. Quem quiser ir vai junto com o Brasil.

O Brasil vai apresentar proposta, o que é um grande avanço, positivo.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO** - Então, nós podemos ter um acordo MERCOSUL-União Europeia no qual só três dos cinco países do MERCOSUL estejam comprometidos, é isso?

**O SR. RUBENS ANTONIO BARBOSA** - Não, não. Vamos ter um acordo, porque, como eu disse no começo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Pelo que entendi, a Venezuela autorizou o Brasil a fazer a negociação, assim como os demais países. Estamos em dúvida, mas me parece que não criaremos obstáculos também.





**O SR. RUBENS ANTONIO BARBOSA** - O que vai acontecer, se a Argentina não quiser apresentar ou apresentar uma proposta inferior à do Brasil e de outros países, é que vai haver uma negociação com diferentes velocidades e com diferentes listas de produtos, o que é uma coisa saudável, porque até agora tinha prevalecido a Resolução nº 32, de 2003, que obriga que o MERCOSUL negocie com uma única voz.

Essa resolução, na prática, vai ser revogada, o que é uma reivindicação antiga nossa. Nós, lá na FIESP, estamos há 7 ou 8 anos pedindo isto. Desde 2003 estamos pedindo para não se amarrar o Brasil, e agora o Governo brasileiro reconheceu a evidência de que não é possível mais ficarmos reféns dos outros países do MERCOSUL.

Vamos avançar com o MERCOSUL, mas cada um vai na velocidade que quiser.

**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - Decretamo-nos integrados, e cada um cuida da sua vida.

**O SR. RUBENS ANTONIO BARBOSA** - É isso.

E a última coisa que eu gostaria de mencionar, rapidamente, é sobre a questão da projeção externa do Brasil.

Nos 8 anos do Governo Lula, por uma série de circunstâncias internas e externas, o Brasil se projetou de maneira inusitada. Nunca tivemos uma projeção externa tão grande. Há várias interpretações para isso. A minha interpretação é de que estávamos respaldados por um crescimento econômico e uma expansão do mercado interno muito positivos.

Esses fatores hoje estão menos positivos quanto o foram, sobretudo no segundo mandato do Governo Lula, e fomos enfrentando uma situação econômica difícil, uma conjuntura internacional muito difícil também, porque o crescimento das economias é inferior ao que se esperava e o crescimento do comércio internacional é muito limitado.

Quer dizer, o Brasil, além de todos os problemas internos que vai ter que enfrentar para poder recuperar o dinamismo do setor externo, vai ter que enfrentar um crescimento do comércio internacional de 2,5%. No auge da expansão — como



foi dito aqui — da economia brasileira, do crescimento do comércio exterior, não podemos ignorar isso.

O comércio internacional, o comércio global, crescia 25%. Daí o Brasil quadruplicou o seu comércio exterior dentro desse contexto de expansão da economia global e da expansão do comércio exterior. Hoje vai ser mais difícil, porque no ano passado crescemos 2,5%; neste ano, 2,5%; e, no ano que vem, 2,5%.

Por isso é que estamos pedindo uma nova estratégia, porque mudou o cenário interno e mudou o cenário externo, e a projeção externa brasileira se reduziu, não só por causas internas — inclusive há pouca vocação nossa agora, neste Governo, de olhar para o exterior —, por dificuldades internas do Itamaraty e por tudo isso que aconteceu, mas também porque temos uma situação econômica que prejudica essa grande expansão que tivemos no passado na projeção externa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Muito obrigado ao Embaixador Rubens Barbosa.

Quero alertar que a nossa sessão está sendo transmitida, ao vivo, pela *TV Câmara*, no horário principal. Então, não só estamos debatendo com os Parlamentares, mas também com o Brasil inteiro neste momento. Portanto, está sendo um debate muito atual.

Agradeço mais uma vez a sua contribuição, sempre muito importante. É a fala não só de quem já participou do nosso corpo diplomático dando uma contribuição importante, mas também de quem está hoje assessorando o setor produtivo brasileiro e, portanto, tem suas observações.

Vou agora passar para as considerações finais do nosso Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero, em primeiro lugar, agradecer pelas perguntas dos Srs. Deputados e, mais do que perguntas, por seus comentários e sua apreciação sobre essa questão que considero vital para o desenvolvimento econômico brasileiro, que é a questão do comércio exterior. Outros temas também são muito importantes, mas essa é uma questão que às vezes pode acarretar crises muito importantes.



Para dar um exemplo, a questão da desigualdade social é muito importante, mas não cria uma crise súbita. O comércio internacional pode criar uma crise súbita. E, aqui nas perguntas, alguns temas que foram muito ressaltados foram a questão da competitividade, da liberdade para celebrar acordos comerciais, e a questão do fracasso da integração regional e da liderança do Governo brasileiro.

Vou tentar fazer um comentário sobre cada um desses temas para ver se nos entendemos.

Primeiro, quero perguntar se há um certo consenso de que o Brasil é um país subdesenvolvido. Se há esse consenso de que o Brasil é um país subdesenvolvido, ele é naturalmente menos competitivo, porque, se ele fosse mais competitivo, seria desenvolvido.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - O senhor acha que não é subdesenvolvido? Então está ótimo. Fico satisfeito em saber que estou em um dos países mais desenvolvidos do mundo!

Mas, enfim, há um consenso de que a sua estrutura industrial não é tão avançada quanto a do Japão — há um consenso sobre isso, eu espero! —, de que a estrutura industrial brasileira não é tão avançada quanto a do Japão, da Alemanha, da França, dos Estados Unidos e assim por diante. Isto é algo que acho razoável: admitir que a estrutura industrial brasileira não é tão avançada quanto a desses países, senão nós exportaríamos muito mais produtos industriais. Se a nossa estrutura industrial fosse tão competitiva, exportaríamos muito mais produtos industriais. Não exportamos porque ela não é competitiva, por várias razões, por várias causas.

**(Não identificado)** - Pelos impostos, por 35% de impostos.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Impostos e assim por diante.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Vejo que minhas palavras sempre despertam emoções. *(Risos.)* Fico tão satisfeito!

O fato é que, de acordo com tudo o que tive oportunidade de ver durante meus longos anos como Secretário-Geral, como Chefe de Departamento



Econômico, como economista e assim por diante, a estrutura industrial brasileira não é tão competitiva, não é tão avançada.

O Brasil gera cerca de — hoje em dia um pouco mais —, talvez, mil patentes por ano, que é um número extremamente pequeno, extremamente pequeno quando se compara com o número de patentes industriais geradas pela economia americana, pelas empresas americanas, japonesas e chinesas hoje em dia, principalmente.

Essa é uma questão importante, porque, quando falamos em acordo de livre comércio, partimos do princípio de que isso será favorável para nós. Não necessariamente! Não necessariamente! Um acordo pode ser favorável, mas pode não ser favorável. Ele é favorável se for razoavelmente equilibrado. Se ele for razoavelmente equilibrado será favorável; se ele for desequilibrado será desfavorável.

Acho que há consenso sobre isso. Ou qualquer acordo é bom? Não. Acho que todos os senhores acham que não é qualquer acordo que é bom. É necessário que haja um certo equilíbrio de vantagens.

Vamos tomar a área industrial em termos de acordos de livre comércio com países altamente desenvolvidos, que são, segundo a minha interpretação, mais competitivos que o Brasil.

Na área industrial, esses países já têm tarifas médias muito baixas. Então, o que o Brasil pode conseguir é relativamente pouco na área industrial. O Brasil não é um grande exportador de serviços. Estes países são Estados Unidos, países da Europa, etc. Por outro lado, na área de serviços, certamente o acordo...

Voltando à área industrial, como a nossa tarifa média é muito mais alta — ela é levada a zero, e a deles já é próxima de zero —, isso resultará num déficit industrial ainda maior. Ninguém se iluda quanto a isso. Ninguém se iluda, a não ser que as pessoas queiram se iludir. Se a pessoa quer se iludir, está bem, que se iluda.

Mas uma questão lógica: a nossa média industrial é muito mais elevada, a deles é muito mais baixa; a indústria deles é muito mais competitiva do que é a nossa. Levando-se as tarifas a zero, é óbvio que haverá um déficit brasileiro muito maior, por razões de lógica. Isto, num momento oportuno, se o Congresso pedir para ver quais são as ofertas, se quiser verificar o que vai acontecer...



Na área agrícola, em que somos altamente competitivos, principalmente no caso da Europa — nos Estados Unidos a situação é diferente, as ofertas europeias, que eu não conheço, as que conheci, no passado, eram muito modestas, extremamente modestas —, então, o nosso avanço na área agrícola seria relativamente pequeno. E na área industrial o avanço seria até negativo.

Assim, teríamos como resultado disso um acordo desequilibrado. Essa é uma questão de lógica, não é uma questão ideológica, é uma questão de lógica e de informação. Então, temos um problema grave. Esse é um problema de liberdade para comercializar. Vamos deixar isso claro! Se o Brasil assinar um acordo de livre comércio com um país altamente desenvolvido, vamos deixar claro, acaba o MERCOSUL, acaba o MERCOSUL. Alguns podem ser favoráveis a que se termine com o MERCOSUL.

A característica do MERCOSUL é ser uma união aduaneira, de ter, portanto, uma tarifa externa comum. Se se adota uma tarifa externa comum para todos os países e negocia-se com um bloco, com um país a eliminação das tarifas a zero, significa que para aquele país não vigora mais a tarifa externa comum, não existe mais tarifas, não só não vigora, mas não existe tarifa. Então, deixa de existir...

O que acontecerá imediatamente após um acordo desse tipo em qualquer grupo de países desenvolvidos é que o outro grupo também pedirá um acordo semelhante, é obvio, senão a competitividade no mercado brasileiro diminuirá enormemente. O que ocorre é que depois do primeiro acordo de livre comércio virá outro. Isso, ao final, fará com que as tarifas sejam zero, de uma forma geral, e significa que devido ao grau de competitividade da indústria instalada no Brasil — e gostaria de repetir isto, porque talvez quando eu falei o senhor não estivesse aqui: existe a indústria instalada no Brasil, uma coisa diferente da indústria brasileira; essa indústria instalada no Brasil conhece todas as condições de competitividade tecnológica mais avançada.

Vou dar nomes: Glaxo Wellcome do Brasil, uma das maiores empresas farmacêuticas do Brasil. Ela conhece toda a tecnologia!

Não é que a indústria brasileira desse ponto de vista seja menos competitiva. Há outros fatores, como impostos, etc. e etc. Então, é preciso levar em conta qual é a real situação do parque industrial brasileiro, ele faz parte de um conjunto industrial



mundial. Quando se fala em integração em cadeias produtivas, essas empresas estão fartas de conhecer o que são cadeias produtivas delas mesmas. A Ford do Brasil sabe qual é a sua cadeia produtiva mundial. Ela planeja sua produção mundialmente para saber onde vai investir, onde vai exportar, onde vai importar e assim por diante. É assim que funciona.

Então, uma coisa que é preciso levar em conta é a realidade e como vamos enfrentá-la. No passado, e até hoje, o capital estrangeiro deu grande contribuição ao desenvolvimento brasileiro, como deu ao desenvolvimento americano. O desenvolvimento americano foi feito com capital inglês. O desenvolvimento econômico chinês está sendo feito, em grande medida, pelo capital multinacional.

**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - A taxa de poupança deles é altíssima.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Tem a taxa de poupança, isso vai para as empresas estatais. Mas os investimentos estrangeiros na China são altíssimos, qualquer estatística da UNCTAD mostra isso!

**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - É mais ou menos igual ao do Brasil em percentagem do PIB, não é? Nós vamos dar 60 bilhões, eles vão dar 200.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Não, não, não. O deles é muito maior! Isso é algo...

**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - Não, eu estou falando o IED.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - O Investimento Direto brasileiro é menor...,

**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - Sessenta, vai dar este ano

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** -...porque aqui entra muito capital estrangeiro que é de curto prazo. De investimento direto mesmo é menos.

O que eu estou querendo mencionar, só para deixar claro, é que é extremamente importante essa colaboração, desde que ela leve em consideração, como disse o Embaixador Rubens Barbosa, os interesses nacionais, e não os interesses multinacionais. O interesse nacional brasileiro é o seu desenvolvimento econômico, social e político. O interesse da sociedade brasileira, de qualquer Governo, de qualquer partido, deve ser esse. Então, como fazer que essa força, que é tão importante do ponto de vista do próprio capital..., mas o capital do próprio



conhecimento tecnológico, que está embutido dentro das máquinas — não existe conhecimento tecnológico no ar —, o conhecimento tecnológico está dentro das máquinas, do ponto de vista econômico, porque ele pode existir em livros, etc., mas na prática econômica está dentro das máquinas. Então, é importante saber como fazer com que esse capital multinacional colabore para o desenvolvimento econômico num aspecto extremamente importante que é o do comércio exterior, e da ampliação da capacidade instalada, que também não tem ocorrido, a não ser em alguns setores automobilísticos, e assim por diante.

Isso é uma coisa extremamente grave. Quando falamos que o Brasil exporta, que o Brasil importa... O Brasil não exporta! Quem exporta ou importa são as empresas! No caso brasileiro, são as grandes empresas. As pequenas e médias empresas têm uma pequena participação no comércio exterior porque são pequenas, porque é complexo o comércio exterior. O Embaixador Rubens tem longa experiência, sabe disso. É realmente uma aventura para uma empresa se mover no mercado internacional, porque exige uma capacidade organizacional muito grande. Então, são as grandes empresas!

Uma coisa que a gente tem que levar em conta é que acordo só vale a pena se for favorável ao Brasil. Não existe acordo bom que não seja favorável ao Brasil. Vamos deixar isso claro. O acordo não é bom por si só. Fazer um acordo não é bom, ele tem que ser favorável ao Brasil. Então, é necessário fazer uma avaliação do que se vai ceder, do que se vai receber, e dizer: *“Não, é favorável ao Brasil.”* Porque ele pode não ser favorável ao Brasil. É simples, pode não ser!

Eu queria fazer só um comentário, eu não gosto muito de polemizar. Depois, o Embaixador Rubens foi tão generoso comigo, concordou com tantas coisas que eu havia dito que eu não quero nem polemizar. Mas, enfim, eu acho que a integração regional não só propiciou um desenvolvimento do comércio entre os países importantes como também propiciou um aumento grande dos investimentos brasileiros na Argentina, no Paraguai e em vários outros países, e também propiciou um avanço importante na área da infraestrutura, com as estradas bioceânicas, ligando o Peru ao Brasil.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Sim, mas levou 20 anos, com a oposição do Banco Mundial! Vinte anos de oposição do Banco Mundial à construção dessas estradas. Essa é que é a realidade, nós sabemos. Mas a questão de Itaipu-Assunção, da linha de transmissão, e também da linha de transmissão com o Uruguai... Às vezes, essas coisas não são publicadas!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - O Brasil, agora, também está programando a Ferrovia Norte-Sul...,

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Pois é.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - ...a Oeste-Leste, com um entroncamento pelo Mato Grosso e a perspectiva de chegar ao Pacífico.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Naturalmente, seria muito favorável se chegar ao Pacífico pela Antofagasta-Santos. Enfim, é extremamente importante. Agora, naturalmente, isso, eu não vou comentar aqui, mas é que é natural que as administrações sejam muito voltadas para os assuntos nacionais. Cada administração é muito voltada... Cada Ministério é muito voltado para o seu problema nacional, porque os problemas nacionais no Brasil são desafios muito grandes, não é? Questão de transporte, da logística, dos portos, e assim por diante. Então, tudo isso absorve. Então, os projetos, digamos, de natureza regional são mais difíceis. São mais difíceis, porque quem vai, digamos, bancá-los? Os pequenos países não podem, não têm condições, não têm nem carga tributária para isso. Carga tributária no Paraguai, no Uruguai são cargas tributárias muito baixas. O Estado não tem recursos para financiar investimentos. Essa é que é a realidade.

Então, eu acho que houve um avanço muito importante, claro, naturalmente, como disse o Embaixador, numa situação, numa conjuntura internacional favorável, mas também sem conjuntura favorável fica muito difícil (*risos*) acontecer qualquer coisa boa, não é? É necessário que a conjuntura seja razoável, não é?

Quando nós vemos certos números de participação, e tudo, é preciso lembrar que mesmo no caso dos Estados Unidos a participação chinesa foi tão grande — percentual — no conjunto das importações, do comércio exterior americano, que a nossa até se manteve, quando a de outros países desenvolvidos diminuiu.





**(Não identificado)** - Só uma questão. Por exemplo, qual é o déficit comercial da relação dos Estados Unidos com a China? É um negócio brutal. O problema é que os Estados Unidos têm máquina de fazer dinheiro.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Não é só isso, é porque volta tudo de lucro das empresas. Quando começa a resistência do Congresso americano, e tudo, imediatamente as empresas dizem: *“Olha, está certo, nós estamos perdendo o comércio, mas estamos nos beneficiando com as remessas de lucros para as nossas subsidiárias...”*

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Que são empresas americanas que estão exportando para... Há toda uma série de vantagens, inclusive do ponto de vista das relações trabalhistas, não é? Enfim...Então, digamos, a...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Pois é. Não, há uma série de vantagens que fazem com que as empresas se dirijam ao mercado chinês para investir lá. Será que nós queremos, digamos, socialmente... Não, nós não queremos socialmente, digamos, reduzir todas as conquistas trabalhistas no Brasil, não é?

**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - A formação bruta deles é 45%. Se o Brasil pegar os 19%, 18%, mais 11% de Previdência, já chega perto de 30%.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Pois é.

**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - Eles não têm nada, não é?

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Aí eu queria lhe dizer também... Vou lhe dar um exemplo interessante, que é a questão da Dívida Ativa da União. Mais de 500 bilhões que as empresas devem, e que, por circunstâncias jurídicas, etc., acabam não pagando, evidentemente, que...São 535 bilhões de dólares de brasileiros em paraísos fiscais — 535 bilhões de dólares! Então, há uma evasão muito grande. Mas de toda forma...

**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - Só com a União? Fora Estados e Municípios?

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Eu não tenho certeza. Eu não sou... Mas isso é relativamente fácil de ver, não é? Eu não tenho... Eu sei que o



número global é mais ou menos esse, da Dívida Ativa da União; não é dos Estados e Municípios. Desculpe-me. Sei, sim. É a Dívida Ativa da União. Enfim, naturalmente, é... Agora...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO** - Mas aí deve ser, na verdade, metade só, que é recebível, porque a gente sabe que existem aí os lançamentos que são absurdos mesmo.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Não, não, não. Há toda uma série de coisas. Mas eu digo, há de uma forma genérica, para deixar claro, porque a gente tem que deixar claro com é que ocorre, não é? O que ocorre é que as grandes empresas têm escritórios de advogados extraordinários, especialistas no que se chama engenharia tributária, que é a forma de reduzir o pagamento de impostos. É assim que funciona. E depois de um determinado momento a União faz o perdão da dívida e o reescalonamento. Então, é uma vantagem extraordinária: não se paga durante vários anos; depois, há um perdão de parte da dívida e um reescalonamento. Eu queria que isso acontecesse com o meu Imposto de Renda, não é?

**(Não identificado)** - É descontado na fonte.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Eu sou descontado na fonte. Eu quero reescalonar, não é? Eu quero o seguinte: assim como há desoneração de impostos para grandes empresas, eu quero a exoneração do meu imposto de renda, para deixar claro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Obrigado, Embaixador Samuel Pinheiro. Eu acho que a sua contribuição foi muito importante, como a dos Embaixadores Rubens Barbosa e Simões.

O que eu sinto com este debate — é uma pena que nós tenhamos terminado — é que nós temos uma dinâmica muito complicada na Casa, em que os Parlamentares têm várias tarefas, várias dinâmicas paralelas, mas eu acho que a gente deu uma grande contribuição até porque, como eu já disse, não só o debate está sendo exibido ao vivo pela *TV Câmara* e deve ser reproduzido em outros horários, mas o que eu senti um pouco pela nossa conversa é que nós precisamos



desapaixoná-la um pouco. Como dizem na Bahia, é preciso acabar com esse clima de Ba-Vi — Bahia e Vitória. É um pouco do que toma conta daqui.

Tanto a fala do Embaixador Rubens, como a fala do Embaixador Samuel se complementam, embora possam ter pontos de vista divergentes — a fala do Embaixador Samuel é nesse sentido.

Primeiro, eu acho que a gente tem que entender que o Brasil é fruto de um processo histórico; os problemas que nós enfrentamos atualmente não são de hoje, são fruto de um processo histórico.

Se a gente parte desse pressuposto, quando a gente faz o diagnóstico correto, a gente vai ver onde estão as soluções para isso. Evidentemente, nós sabemos que temos o problema da carga tributária, problemas de infraestrutura, de logística, nós sabemos que temos conquistas trabalhistas, nós sabemos que há um processo de mundialização da produção, há o problema da inovação tecnológica, da inserção, sobre o qual eu conversava com o Embaixador Rubens Barbosa. Lá atrás, há 20 anos, o Brasil tinha que se reposicionar na cadeia produtiva internacional, e não o fez.

Eu acho que há um conceito entre nós. Eu sempre faço uma pergunta; já a fiz ao Embaixador Rubens Barbosa — quando nos encontramos em Paris, eu fiz esta pergunta também ao Embaixador Samuel Pinheiro. Fica parecendo um pouco que a gente não fez acordo com a União Europeia porque a gente não quis. Mas não é bem isso. Eu acho que eles têm, como disse o Embaixador Samuel Pinheiro, coisa com a qual o Embaixador Barbosa concorda, a gente faz acordo quando é bom para as duas partes. Fazer um acordo em que a gente vai abrir para uma indústria que não tem condições de competir e nossa agricultura não vai poder compensar isso, não haver...

**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - Eu espero que sim. A pessoa não compra um carro para se prejudicar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Sim, eu acho que isso se aplica também à ALCA. Eu acho que a gente não entrou na ALCA não porque a gente não tenha querido, mas, sim, porque as condições propostas eram condições em que o Brasil ia realmente ficar...



**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - Sr. Presidente, mas o fato de a gente não ter feito isso é o que me preocupa, porque a gente tem vantagens competitivas em algumas coisas. O Embaixador disse, por exemplo, que a gente não consegue competir com a indústria de televisores. A indústria de televisores dos Estados Unidos consegue competir com a indústria de televisores da China ou do Brasil? Não, porque eles têm a mão de obra de lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Mas não dá para comparar a economia dos Estados Unidos com a economia brasileira.

**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - Não, cadeia por cadeia, quer dizer, você tem que exportar produtividade e importar produtividade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Eu sei, mas a gente não pode comparar a economia brasileira com a economia dos Estados Unidos. Primeiro, porque os Estados Unidos têm uma coisa que a gente não tem: a máquina de fazer dinheiro.

**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - Então, vamos tirar os Estados Unidos. Podemos falar na Bulgária, na Tchecoslováquia, sei lá. Trata-se de importar produtividade e exportar produtividade. O que não se pode...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - É isso que nós estamos querendo buscar. O que nós temos que buscar?

**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - Ser 3% da economia mundial e 1% comércio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Está certo. Mas o que nós temos que buscar?

**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - Nós estamos certos e todo mundo está errado? Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Nós temos que buscar melhorar a nossa competitividade, que consiste em investir em infraestrutura, melhorar a estrutura tributária, a estrutura logística. Nós temos que fazer a inovação tecnológica. Tudo isso.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO** - Com a logística, Sr. Presidente, eu estou satisfeito, porque, depois de 11 anos, o PT se converteu à privatização. Então, eu espero que a privatização dos aeroportos seja boa.



**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - Já estão chegando ao começo do século XX.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Eu acho que este debate não se encerra aqui, eu acho que ele vai prosseguir. As contribuições foram extremamente importantes, interessantes. Eu acho que este debate vai acontecer no ano que vem, não tenham dúvida, vai ser o pano de fundo nas discussões das eleições porque é um debate sobre como o Brasil se insere neste contexto internacional.

Eu acho que as contribuições, tanto do Embaixador Rubens Barbosa, que sempre são válidas, atuais, lúcidas, como as do Embaixador Samuel Pinheiro, que é um pensador do Brasil, como o Embaixador Rubens Barbosa...

**O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES** - Essa briga vem do Rio Branco, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Pois é. Eu queria, mais uma vez, reiterar os agradecimentos a ambos, pelas contribuições, e convidá-los a permanentemente dar suas contribuições ao Parlamento brasileiro. Eu espero que a gente possa se apropriar da riqueza deste debate para que a gente possa fazer o bom debate e o bom combate aqui no Congresso Nacional.

Está encerrada a presente reunião.